

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**
3

4 Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e onze realizou-se a Centésima
5 Quadragésima Quinta Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA,
6 situado à Rua Carlos Chagas, nº. 55 – 11º andar – sala 1108, Porto Alegre, com o início às
7 quatorze horas, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sra. Jussara Rosa Cony**,
8 Secretária de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA; **Sra. Kátia Vasconellos**,
9 representante da ONG Mira Serra; **Sra. Ana Rosa Bered**, representante do corpo técnico da
10 FEPAM; **Sra. Silvana Favreto**; representante da Secretaria da Educação; **Sr. Paulo José**
11 **Gallas**, representante da Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico;
12 **Sra. Ana Lucia P. Flores Cruz**, representante da SINDIAGUA; **Sr. Ângelo Antonio Vieira**
13 **da Silva**, representante da SSP; **Sr. Ivo Lessa**, representante da FARSUL; **Sr. Mauro**
14 **Kotlhar**, representante da SES; **Sra. Laurie Fofonka Cunha**, representante da SEPLAG; **Sr.**
15 **Paulo Brack**, representante da Ong Ingá; **Sr. Eduardo Osório Stumpf**, representante do
16 Comitê de bacias Hidrográficas; **Sr. Thiago Pereira Neto**, representante da FIERGS; **Sr.**
17 **Darci B. Campani**, representante da UFRGS; **Sr. Fernando Hartmann**, representante da
18 SERGS; **Sr. Carlos Fernando Niedersberg**, representante da FEPAM; **Sra. Ilsi Iob**
19 **Boldrini**, representante da ONG Igré; **Sr. José Homero Finamor Pinto**, representante do
20 CREA/RS; **Sr. Joarez Miguel Venco**, representante da FECOMERCIO; **Sra. Mariana**
21 **Bonelli**, representante da SDPI; Justificaram a ausência os seguintes conselheiros: Sr. Ludwig
22 Backup – IGRÉ; Sra. Eliane Almeida de Souza – Secretaria Estadual de Educação; Sra. Edi
23 Xavier Fonseca e Sr. Francisco Milanez – AGAPAN; Sr. Itabajara da Silva Vaz Junior e Sr. Hugo
24 Verli - CBIOT - Centro de Biotecnologia da UFRGS; Sr. Eduardo Aléxis Lobo Alcayaga e a Sra.
25 Elisabete Maria Zanin - Instituição Universitária Privada. Encontravam-se presentes ainda os
26 senhores (as): Sra. Rita Clarice M. Tissot, da FIERGS; Simone Guimarães, da TRACTEBEL
27 ENERGIA; Sr. Sergio Neglia, da SEIFRA; Sra. Lisiane Becker, da ONG Mira Serra; Sr. Salzano
28 Barreto, da SES; Sr. Rafael Lameira, do SIGA/SEMA; Sra. Ana Carolina M. Silva, da APEDEMA;
29 Sr. Roberto Magnos Ferron, do DEFAP; Depois de verificada a existência de quorum a Senhora
30 presidente deu início a reunião. **Sra. Jussara Cony**: uma boa tarde para todos e para todas.
31 Tem gente nova chegando, aos poucos a gente vai dizendo bem-vindo. Bom a ata da
32 trigésima oitava reunião extraordinária, nos agradecemos as contribuições enviadas pelos
33 conselheiros Eduardo Stumpf e Paulo Gallas para complementar a ata e torná-la o reflexo do
34 que aconteceu, e perguntamos se existe mais alguma contribuição a ser posta a esta ata?
35 Não? Então colocamos a ata em votação. Acho que todos receberam, todos leram, teve duas
36 contribuições e colocamos então em votação. Quem está de acordo, por favor. Algum voto
37 contra? Abstenção? Duas abstenções. O segundo ponto de nossa pauta são as
38 **comunicações**: A SEPLAG substitui seu representante junto ao CONSEMA: Sra. Laurie
39 Fofonka Cunha substitui o Sr. Rogério Corrêa Filho na Titularidade, a Laurie está aqui né?
40 Prazer, bem-vinda, Laurie. A FEPAM substitui seus representantes junto a CTP Controle e
41 Qualidade Ambiental: Sr. Fernando Gustavo Mohrdieck substitui a Sra. Alda Maria de Oliveira
42 Corrêa na Titularidade e a Sra. Alda Maria de Oliveira Corrêa substitui a Sra. Regina Froner na
43 Suplência, só um informe ao plenário do Conselho. Temos algumas justificativas de
44 **ausências**: Sr. **Ludwig Backup** – IGRÉ; Sra. **Eliane Almeida de Souza** – Secretaria
45 Estadual de Educação; Sra. **Edi Xavier Fonseca** e Sr. **Francisco Milanez** – AGAPAN; Sr.
46 **Itabajara da Silva Vaz Junior** e Sr. **Hugo Verli** - CBIOT - Centro de Biotecnologia da
47 Ufrgs; Sr. **Eduardo Aléxis Lobo Alcayaga** e a Sra. **Elisabete Maria Zanin** - Instituição
48 Universitária Privada. A Secretaria de Educação será representada pela **Sra. Silvana Favreto**.

49 Silvana está aqui? Tudo bom? A IGRÉ será representada pela **Sra. Ilsi Boldrini** – Conselheira
50 Suplente. A FIERGS será representada pelo **Sr. Thiago Pereira Neto**. Tudo bem Thiago? –
51 verificação de quorum. Bom, nós temos quorum, votamos já a ata. **Leitura e deliberação**
52 **sobre a Ordem do Dia** agora. Nós vamos propor nesse momento a entrada em pauta no
53 item II, que é a qualificação dos municípios que já está em pauta do município de
54 Formigueiro, nós vamos propor entrar em pauta qualificação do município de São Valentin do
55 Sul. Foi aprovada na CTP Compartilhada depois da convocação da reunião do CONSEMA.
56 Quem concorda que possamos colocar em pauta no item II, após a qualificação do município
57 de Formigueiro, o município de São Valentin, por favor? Alguém contra? Alguma abstenção?
58 Nenhuma né. Bom então nós vamos agora a nossa ordem do dia. O primeiro ponto da ordem
59 do dia é a Minuta de Resolução da Câmara Técnica Permanente de Recursos Atmosféricos que
60 trata sobre "*Limites Máximos de Emissão para Poluentes Atmosféricos Gerados por Fontes*
61 *Novas Fixas – Processos de Combustão que Utilizam Carvão Mineral para Geração de Calor*
62 *Industrial, Vapor de Processo e/ou de Energia Elétrica*" e parecer da Câmara Técnica
63 Permanente de Assuntos Jurídicos sobre o mesmo tema. Apreciação dos pareceres. Foram
64 pedido vistas a esse processo, então nós temos quatro pareceres: FEPAM, AGAPAN, INGA,
65 SCIT e CREA/RS. Nós recebemos em tempo hábil da FEPAM, INGÁ, SCIT e CREA. Nós
66 achamos que é justo o critério do encaminhamento que vamos dar agora: o primeiro a
67 entregar foi o INGÁ; o segundo SCIT o terceiro o CREA e o quarto a FEPAM. Então nós vamos
68 usar este critério para o que vamos propor agora. Então a preposição é que cada um dos
69 relatores pela ordem: INGA, SCIT, CREA e FEPAM tenha dez minutos para apresentação do
70 seu relatório e depois, havendo necessidades e o plenário entendendo nós abriríamos para
71 aqueles que quiserem fazer manifestações, uma manifestação no período de cinco minutos. Eu
72 pergunto aos relatores, acho que é justo eu fazer isso, se o tempo de dez minutos é suficiente
73 ou precisaríamos de um tempo de quinze minutos? Pode ser assim? Depois abrimos em cinco
74 minutos para um debate, possivelmente gere debate e aí nós abriríamos em um período de
75 cinco minutos. Esse é o primeiro encaminhamento e depois em função dos pareceres
76 naturalmente nós evoluiremos nesse Conselho para tomada de decisão. Então não vamos nos
77 antecipar, vamos simplesmente iniciar esse processo. Com a palavra pelo tempo de dez
78 minutos a representação do Ingá, conselheiro Paulo Brack. **Sr. Paulo Brack**: Paulo Brack,
79 Ingá. Bom, então eu vou pegar algumas partes, para não ler, são dez páginas: A proposta
80 atual que teve uma das suas versões apresentadas em 1º de abril de 2008, provém de um
81 subgrupo de representantes de um setor descontente com a proposta original da FEPAM
82 (Quadro 1), a qual deu ensejo à necessidade de norma e tinha sido apresentada pelos
83 técnicos do órgão que trabalhavam e continuam atuando no setor de controle e licenciamento
84 de emissões atmosféricas, há mais de duas décadas. Os proponentes da atual proposta
85 (Quadro 2) (Fiergs, Tractbel, Cientec, entre outros) alegam que a **norma original, proposta**
86 **pela FEPAM, era mais restritiva**, ou seja, **aditem, implicitamente, que a atual**
87 **minuta é menos restritiva**, ou, em nosso entendimento, **mais permissiva**. Então a
88 proposta original que coloca aqui como parâmetro dentro da potencia térmica (MW) no caso
89 de 400mg/m³ tanto de tanto de SO₂, NO_x, material particulado quer dizer são limites que a
90 própria FEPAM já vinha utilizando para algum de seus licenciamentos enfim. No caso da
91 proposta 2 nós vamos considerar aqui que ela amplia esses valores tanto é que esse subgrupo
92 admite que era muito restritiva a proposta original. Na Ata da 12ª Reunião da Câmara Técnica
93 de Recursos Atmosféricos e Poluição Veicular (Fls. 47-78), a Eng. Ieda Maria da Silva
94 considerou a tabela apresentada pelo subgrupo como "**muito permissiva e que os limites**
95 **de emissão propostos pela FEPAM estão embasados no avanço e disponibilidade de**
96 **tecnologias de processo e de controle e na necessidade da gestão da qualidade do**

97 **ar, que hoje já transgride os padrões legislados, nos parâmetros e locais**
98 **monitorados pela FEPAM**". Ao mesmo tempo, na mesma reunião, a representante da
99 SEMA, Sra. Ana Maria Cruzat, não acolhendo a afirmação, utilizou-se do argumento de que **na**
100 **Rede de Monitoramento da FEPAM "existem muitas falhas, com lacunas de dados,**
101 **devido a equipamentos que tem deixado de operar, gradativamente, nestes últimos**
102 **anos, por inúmeros fatores, dificultando a realização de uma análise mais precisa**
103 **de séries temporais que permita tirar conclusões mais consistentes."** Embora sem
104 uma cobertura plena atual, os dados de monitoramento da área de influência da Usina
105 Termochar, em Charqueadas, na Região Metropolitana de Porto Alegre, já permite aferir que
106 foram por seis vezes ultrapassados os limites de emissão de poluentes apenas este ano,
107 segundo dados fornecidos pelo corpo técnico da FEPAM. Isso confirma que o argumento das
108 falhas nos equipamentos de medição não pode ser utilizado para justificar limites permissivos
109 de emissão de gases prejudiciais à saúde humana. Além do mais, consultando-se as atas das
110 reuniões de julho e setembro de 2008, (fls 62/65 e 66/70), verifica-se que ocorreu uma
111 evidente manobra para retirada do Eng. Antenor Pacheco, funcionário de carreira da FEPAM,
112 que possui larga experiência no licenciamento ambiental de termoeletricas, então presidente
113 da Câmara Técnica de Recursos Atmosféricos, eleito por unanimidade, e que era um dos
114 autores da proposta de resolução apresentada pela FEPAM. A proposta da FEPAM consolidava
115 os parâmetros técnicos que foram e vem sendo aplicados pelo órgão ambiental nos
116 licenciamento de diversas usinas termoeletricas, parâmetros estes adotados inclusive em
117 termos de ajustamento de conduta firmados entre FEPAM, Ministério Público e
118 empreendedores, e homologados judicialmente. No entanto, o Eng^o Pacheco e a Eng^a Ieda
119 Maria da Silva, funcionários com larga experiência no licenciamento das termoeletricas, que
120 haviam embasado a proposta de resolução da FEPAM, foram retirados da Câmara Técnica por
121 mais um ato ímprobo – entre vários que tem vindo a público – da Sra. Ana Maria Pellini. Tudo
122 que se seguiu a partir daí foi mera consequência desta nefasta intervenção política, com a
123 conseguinte desconstrução da proposta da FEPAM e formulação de nova proposta de
124 resolução – conduzida inclusive com a participação de empregados das empresas interessadas
125 – e, como não poderia ser diferente, atendendo apenas aos interesses destes setores. Cabe
126 ressaltar ainda que a referida proposta de norma desconsidera os altos níveis de poluição
127 atmosférica já alcançados, principalmente nas regiões metropolitanas, e seus reflexos
128 negativos sobre a saúde, o meio ambiente e a economia. Não temos os dados da qualidade do
129 ar por região do estado, então como se pode fixar níveis de poluentes sem levar isso em
130 consideração? Poderemos estar "legislado" no escuro? Com relação ao pedido de vistas
131 subscrito pelos "Amigos da Floresta" na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, não
132 encontramos amparo na seguinte afirmação: *aos avanços tecnológicos para a redução dos*
133 *principais poluente como material particulado SO₂ e NO_x, contemplam também a redução de*
134 *poluentes precursores de oxidantes fotoquímicos, metais tóxicos associados ou não ao*
135 *material particulado, bem como a deposição ácida e os efeitos associados". Segundo o*
136 documento da Apedema "**Alerta Sobre os Danos Socioambientais do Uso do Carvão**
137 **Mineral do Rs" o material particulado**, originado da combustão do carvão fóssil, pode
138 causar sérios danos ao sistema respiratório. Pesquisas recentes comprovam que seu efeito
139 tóxico pode atravessar os pulmões e invadir a corrente sanguínea, conduzindo a doenças
140 cardíacas, enfartes e mortes prematuras. Em 2004, constataram-se **25.100 mortes anuais**
141 **nos EUA atribuídas à poluição aérea proveniente de suas 600 termoeletricas a**
142 **carvão**. Os que morrem. Ataques asmáticos, 16.200 casos de bronquite crônica e 38.000
143 enfartes não fatais, anualmente. A poluição atmosférica dessas usinas térmicas responde por
144 uma estimativa adicional nos custos da área de Saúde, naquele país, de mais de 160 bilhões

145 de dólares anuais. Bom eu não vou falar sobre metais pesados, mas são bastante
146 preocupantes, poderia citar aqui o caso do mercúrio que na década de 1980, na queima de
147 1.940.000 toneladas de carvão mineral, no Rio Grande do Sul (Sanchez, 1987, citado Vassilou
148 e Dick ; 2000) eram gerados anualmente, 48,5 kg de Cádmio (Cd), 65 toneladas de Chumbo
149 (Pb), 4 toneladas de Zinco (Zn), 38,8 toneladas de Cobre (Cu), 1.386 toneladas de Berílio (Be)
150 e 349,2 kg de Mercúrio (Hg). Esse trabalho citado pelo professor Sanchez e citado Vassilou e
151 Dick lá da UFRGS, então levanta esta questão relacionada a enorme cargas de metais pesados
152 relacionados ao nosso carvão mineral do Rio Grande do Sul. Um dos mais prejudiciais metais
153 pesados é **o vapor de mercúrio** que tem toda uma ligação com as cadeias alimentares e que
154 pode chegar ao consumo humano. Consideramos que a atual proposta de norma, da forma
155 com que está - para engano daqueles que pretendem aprová-la – poderá trazer futuramente
156 maiores percalços no licenciamento ambiental e possivelmente ações judiciais. Este
157 entendimento se baseia no fortalecimento de que a norma original simplesmente consolidava
158 limites já utilizados para o licenciamento de térmicas a carvão. Ou seja, se os parâmetros
159 tradicionalmente utilizados pela FEPAM são mais restritivos a atual proposta representa um
160 retrocesso, daí estaríamos diante do princípio de que trata da vedação ao retrocesso em
161 matéria ambiental ou social. Transgrediria os compromissos judiciais estabelecidos para as
162 termoeletricas a carvão, como o Termo de Ajustamento de Conduta firmado em 1996, com
163 prazos para as plantas existentes (Termochar e S.Jerônimo) reduzirem suas emissões a níveis
164 inferiores propostos pela referida minuta de proposta. **Quanto ao Art. 8 da atual proposta**
165 **parece-nos inclusive vergonhoso que se contemple uma "operação creditada"**
166 buscando recompensas financeiras mediante reduções posteriores de poluentes, **cujos**
167 **limites de emissão mais permissivos estão sendo propositalmente estabelecidos,**
168 **na contramão dos avanços tecnológicos de controle, hoje, preconizados.** Se
169 confrontada à Resolução CONAMA 382/06, que estabelece novos limites de emissão para
170 diversas tipologias no País, que não contempla este mecanismo questionável de operação
171 creditada. A atual proposta viola, em seu Artigo 7º, a Legislação Federal que não prevê *by*
172 *pass* de equipamentos de controle e cujos padrões de qualidade do ar (Resolução CONAMA nº
173 03/90), referidos a curto período não podem ser ultrapassados mais de uma vez ao ano, ou
174 mais absurdo ainda, como no caso de NO2 que nunca pode ser ultrapassado; A atual proposta
175 também viola, com limites de emissão mais permissivos, o CÓDIGO ESTADUAL DO MEIO
176 AMBIENTE, instituído pela Lei nº 11520 de 03/08/2000, o qual visa implementar uma política
177 de prevenção de deterioração significativa da qualidade do ar, através dos artigos 145 a 153
178 que determinam a aplicação dos Padrões Secundários de Qualidade do Ar para Áreas de
179 Classe I e II. Outro aspecto também relevante diz respeito aos termos da minuta de resolução
180 no que se refere à **auditoria** ou constatação do disposto pela mesma, distorcendo e
181 fragilizando a competência do órgão ambiental. No Artigo 4º, parágrafo 4º, o correto deveria
182 ser : *"Na avaliação periódica, o atendimento aos limites estabelecidos poderá ser verificado em*
183 *condições típicas de operação, a critério do órgão ambiental licenciador"*. Então conclusão:
184 Para o Estado que detém o maior número de térmicas a carvão do País, a atual proposta seria
185 um imenso retrocesso na política de gestão e na prevenção da deterioração significativa da
186 qualidade do ar. Diante da tentativa de limite à flexibilização das normas já existentes,
187 apelamos ao Consema para o **princípio da proibição socioambiental de retrocesso**
188 quando há direito fundamental mínimo previsto pela ordem constitucional e, neste sentido
189 propomos que: **a) sejam mantidos os valores conquistados e estabelecidos pela**
190 **FEPAM na proposta de 12/2005 que consta nas paginas 2 a 3 do processo; b)**
191 **retorne o tema para a CT de recursos atmosféricos, e que a mesma represente, em**
192 **sua composição, maior simetria de representantes que não os maioria do setor**

193 **empresarial e/ou dos principais interessados no avanço do setor de uso energético**
194 **do carvão mineral.** Segue em Anexo ainda a norma aprovada pelo Estado do Ceará,
195 semelhante a norma original da FEPAM, que serve de exemplo, ao Rio Grande do Sul.
196 Obrigado. Sra. Jussara Cony: obrigado conselheiro, o próximo parecer solicitamos ao
197 conselheiro Gallas que use da palavra da Secretaria de Ciência e Tecnologia. Sr. Paulo Gallas:
198 Boa tarde a todos – Paulo José Gallas representando a Secretaria da Ciência Inovação e
199 desenvolvimento Tecnológico. Vou deixar de lado as considerações iniciais vou fazer apenas
200 uma referencia ao processo vou passar direto aos antecedentes, vou fazer uma leitura rápida
201 que fica registrado em ata. Acho que todos os conselheiros receberam e podem ter apreciado
202 o trabalho. Então os antecedentes são basicamente extraído dos autos do processo. Na
203 leitura das atas das reuniões ordinária, desde a criação da Câmara Técnica Permanente de
204 Poluição Atmosférica e Veicular - CTPPAV, é observado que coube ao corpo técnico da
205 Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler – FEPAM, a iniciativa de
206 encaminhar à Câmara, a primeira versão da minuta de norma, que redundou na atual versão,
207 produzida pelos membros da Câmara e de “experts” convidados, que trabalharam, a partir da
208 minuta da FEPAM, durante mais de três anos até comporem a proposta em análise, que é
209 parcialmente espelhada na Resolução CONAMA 382/06, ampliada a abrangência da inicial.

210 Já na ata da segunda reunião ordinária, de 06/03/2007, ficou gravado manifestação da
211 Sra. Ieda Maria da Silva, relatando o caminho seguido pela minuta inicial, em meados de 2005
212 no IBAMA/CONAMA (no andamento do trabalho de formulação da Resolução CONAMA
213 322/06), informando que, segundo posição do CONAMA, a apreciação da proposição da
214 FEPAM, sobre carvão mineral seria mais interessante ser tratada em nível estadual e não
215 federal, já que as reservas de carvão encontram-se na região Sul e foi deliberado pela
216 postergação da discussão, tirando-se de pauta o carvão. Nesta mesma reunião, o Sr. Antenor
217 Pacheco, então Presidente da CTPPAV comentou que a FEPAM tem carência de normas e
218 parâmetros para efetuar as licenças que dizem respeito ao ar. Na sequência das reuniões, foi
219 criado Grupo de Trabalho que, reunindo-se com boa frequência, teve a incumbência de
220 estudar, esmiuçar e ponderar novas visões sobre a minuta de Resolução, que era sempre
221 apreciada e discutida ponto-a-ponto pelo plenário da CTPPAV, no correr das reuniões
222 plenárias, até o consenso. Em 01/04/2008 (12ª reunião), após colocações sobre potência de
223 referência, foi citado que os limites máximos que estavam sendo propostos eram os mesmos
224 que já estavam sendo utilizados nos licenciamentos da UTE SEIVAL (licenciamento conjunto
225 com IBAMA) e da CTSUL (licenciamento pela FEPAM). Nesta mesma reunião, os
226 representantes da FEPAM juntaram ANEXO, colaborando fortemente com o grupo de trabalho,
227 com sugestões e colocações importantes que foram analisadas e, naquilo pertinente,
228 agregadas a minuta em elaboração. Entre a 18ª e a 28ª reuniões ordinárias, intercaladas com
229 diversas reuniões do Grupo de Trabalho, foram paulatinamente sendo tratados os aspectos da
230 redação e consolidação do texto da minuta. Este trabalho todo contou com ampla
231 representatividade da sociedade, na prestimosa colaboração e auxílio das ONG’s Mira-Serra,
232 AGAPAN e Núcleo Amigos da Terra, da FEPAM, da FIERGS, da Sociedade de Engenharia-RS,
233 da SEMA, da SEINFRA, da então Secretaria da Ciência e Tecnologia, do SENAI, da COPELMI,
234 da MPX, da UFSM, da FARSUL, da CRM da TRACTEBEL, da Secretaria da Saúde, da FAMURS,
235 da Secretaria da Educação, da SEDAI, da Secretaria da Justiça e Segurança, da CIENTEC, do
236 SENAI, da BRASKEM dentre outras que, mesmo não tendo assento na Câmara, dispuseram-se
237 a trabalhar e completar a proposição. Ainda na 28ª reunião, de 06/10/2009, com a presença
238 das entidades: Sociedade de Engenharia-RS, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde,
239 Secretaria da Ciência e Tecnologia, ONG Mira-Serra, FIERGS, Secretaria de Infra-Estrutura e
240 Logística, FARSUL, Secretaria da Segurança Pública, SENAI e ONG AGAPAN, a minuta ora em

241 análise foi **aprovada por UNANIMIDADE** dos presentes. Na seqüência, a minuta foi
242 encaminhada à Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos, onde, também por
243 UNANIMIDADE foi aprovada, ficando lá apontada uma redução aos padrões máximos
244 estabelecidos na Res. CONAMA 382/06, comparativamente ao óleo combustível tomado como
245 referencial. Foi fornecido, está nos autos do processo para quem quiser ver.
246 **MANIFESTAÇÕES QUANTO À PROPOSTA DE RESOLUÇÃO:** As manifestações a seguir,
247 são frutos de uma revisão de conteúdo dado ao assunto, a partir do tratamento mais amplo e
248 profundo da minuta inicial da FEPAM e que buscou, também, na Resolução 382/2006, fulcro
249 para o estudo comparativo e enquadramento das emissões, tomando por base o óleo
250 combustível, sabidamente isento de cinzas, com menor teor de enxofre e muito mais simples
251 de queimar, que culminou na tabela proposta para valores máximos de emissões de material
252 particulado (MP), óxidos de enxofre (SOx) e óxidos de nitrogênio (NOx), ponto central da
253 proposta de Resolução, objeto do processo nº 004782-05.00/08-5/SEMA. **Sobre o Artigo 1º:**
254 Trata do âmbito da Resolução (onde se aplica), ou seja, para fontes novas a Carvão Mineral,
255 caracterizando o objeto da Resolução e processos associados. Concorde-se e nada se tem a
256 acrescentar. **Sobre o Artigo 2º:** Trata das bases e dos critérios mínimos sobre os quais se
257 alicerça a proposição da Resolução, perpassando questões do meio ambiente, tecnologias, das
258 diferenciações do porte das instalações, cargas e efeitos dos poluentes e de informações e
259 exigências técnicas. Concorde-se e nada se tem a acrescentar. **Sobre o Artigo 3º:** Trata das
260 definições e bases dos termos técnicos usados na Resolução. Concorde-se e nada se tem a
261 acrescentar. **Sobre o Artigo 4º:** Estabelece os valores máximos das emissões e como
262 calcular as emissões conjuntas, quando temos mais de uma fonte poluidora no mesmo local,
263 até com outros combustíveis, operando concomitantemente. A redação e o alcance deste
264 artigo é, s.m.j., bastante abrangente e completo. Entendemos que existe uma diferença de
265 valores, no teor máximo de óxidos de nitrogênio, notadamente para grandes
266 empreendimentos. No entanto, recentemente foram licenciados empreendimentos de porte
267 (CTSUL, SEIVAL) que tiveram estabelecidos em suas licenças, os valores propostos na Minuta
268 da CTPPAV e não os propostos na inicial, aparentando um ponto de desacerto. Em decorrência
269 desta análise, estamos entendendo que o proposto pela Câmara Técnica, não está em
270 desacordo com os licenciamentos praticados e, portanto perfeitamente aceitáveis. Na tabela
271 proposta, atentar que os limites expressos devem estar com as unidades de: miligramas por
272 normal metro cúbico, medidos em base seca (isenta de umidade) e corrigidos para um teor de
273 6% (seis por cento) de oxigênio nos gases efluentes. Concorde-se com o restante e nada se
274 tem mais a acrescentar. **Sobre o Artigo 5º:** Trata de como e quando realizar o
275 monitoramento das fontes, segundo critérios e normas, em consonância com o órgão
276 ambiental. Concorde-se e nada se tem a acrescentar. **Sobre o Artigo 6º:** Versa sobre a
277 gestão a ser dada em locais onde o ambiente já tenha algum comprometimento e
278 salienta-se que este artigo é de suma importância, pois permitirá ao órgão ambiental
279 estabelecer limites mais restritivos. Concorde-se e nada se tem a acrescentar. Ou seja, não
280 questão de flexibilizar, mas permite que o órgão ambiental restrinja os limites.
281 **Sobre o Artigo 7º:** Trata de procedimentos para os casos de paradas, partidas e
282 emergências nas unidades industriais. Concorde-se e nada se tem a acrescentar. **Sobre o**
283 **Artigo 8º:** Trata da operação creditada, quando o empreendedor reduz, voluntariamente, as
284 emissões, validados pelo órgão ambiental. Por uma questão de clareza, sugere-se que na
285 segunda linha do 6º parágrafo, entre as palavras "...outros energéticos..." seja inserida a
286 palavra "combustíveis". Concorde-se com o restante e nada se tem mais a acrescentar.
287 **CONCLUSÕES:** A Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico - SCIT, em
288 consonância aos elementos levantados nos autos do processo antes referido e em acordo com

289 as diretrizes governamentais do Estado, entendendo que esta Resolução será importante
290 instrumento jurídico que afiance o direito de empreendedores a utilizarem o combustível
291 carvão mineral e o dever de atender as exigências contidas nesta Resolução e dos demais
292 preceitos legais da legislação já praticada e, em paralelo, cumprindo com as exigências
293 complementares dos órgãos ambientais fiscalizadores e licenciadores. Como bem lembrado
294 nas "considerações" da minuta, a matriz de energia elétrica do País, baseada majoritariamente
295 na hidroeletricidade, contempla também o uso de carvão mineral e outras fontes, buscando
296 dar cobertura à crescente demanda de energia que sejam independentes do regime
297 hidrológico. Lembra-se, igualmente, que o Estado do RS importa mais da metade da energia
298 elétrica que consome e detendo 89% do carvão mineral do País o que nos leva a concluir que
299 somos "energodependentes" dos outros Estados da Federação, que deve atender ao
300 crescimento do consumo, decorrente do aumento da industrialização do país e de aumento da
301 população. Entende-se que a temática de energia deve estar no espaço importante das
302 preocupações ambientais, mas também acreditamos que a legislação ambiental não deve ser
303 inibitória ou coibente com a alternativa energética do carvão mineral para geração de
304 vapor/calor industrial ou geração de energia elétrica, diminuindo a competitividade de
305 possíveis empreendedores. Sempre e onde o monitoramento ambiental indicar que o ambiente
306 esteja próximo da saturação por poluentes atmosféricos a possibilidade de instalação de uma
307 nova fonte será balizada com parâmetros mais restritivos, conforme reza o art. 6º da
308 Resolução. Sabe-se que o uso de recurso nacional é vantajoso em termos estratégicos para o
309 Estado e para o País, proporcionando a geração de emprego e renda, propiciando a oferta de
310 energia a preços melhores e condizentes com o poder aquisitivo dos brasileiros, além de
311 diminuir a dependência energética, fator importante na Economia do RS. Atualmente o parque
312 gerador caracteriza-se pela predominância de centrais hidrelétricas que representam mais de
313 70 % do parque gerador gaúcho. Há potencialidades no Estado para que outras fontes de
314 energia como: eólica, biomassas, PCH's, solar entre outras, sejam desenvolvidas, mas ainda
315 assim é necessário considerar a expansão da geração de energia elétrica através do carvão, de
316 forma a equilibrar a matriz de consumo, acompanhando o crescimento da demanda,
317 permitindo maior equilíbrio e segurança energética ao Estado. No entender dos profissionais
318 que gestaram a minuta na Câmara Técnica (CTPPAV), a proposição da resolução aprovada
319 pela CTPRAPV, e também pela Câmara Técnica Permanente de Assuntos Jurídicos, **é**
320 **consistente, concisa, atual e instrumenta o Estado de base legal** para tratar dos
321 futuros licenciamentos ambientais de empreendimentos que venham a se instalar no território
322 do RS, vindo a consumir carvão mineral e outros combustíveis, fato este já levantado por
323 técnicos da FEPAM e que, desta forma, reforça o sustentáculo jurídico. Este também é o
324 entendimento da SCIT. Por oportuno, cabe lembrar que até o presente momento, não existe
325 esta base legal específica do RS, o que deixa, por vezes, o órgão ambiental a mercê de
326 pressões quando de uma negociação das bases de licenciamento. Na oportunidade a SCIT
327 gostaria de lembrar que existem outros poluentes advindos da atividade industrial, não só de
328 quem consome carvão mineral, que emitem à atmosfera, não apenas material particulado,
329 óxido de enxofre e óxidos de nitrogênio, que ora estão por terem reguladas suas emissões
330 máximas, mas poderíamos elencar mais alguns que, pelo seu caráter tóxico, poderiam ser
331 objeto de **NOVA RESOLUÇÃO**, complementar, que focasse, por exemplo, as emissões de
332 metais pesados (mercúrio e outros...) que poderia inicialmente ter proposto minutada pela
333 FEPAM e, posteriormente, analisados e tratados na CTPPAV. Era o que havia para relatar.
334 Obrigado. **Sra. Jussara Cony**: Obrigada conselheiro. Me parece que chegou o representante
335 do Conselho Regional do CREA; chegou? Exatamente no momento do teu parecer, a gente iria
336 aguardar, naturalmente, se não tivesse chegado ainda. Hoje desde de manha a cidade está

337 um caos, ou seja, quando fecha a ponte do Guaíba é um terror. **Sr. José Homero Finamor:**
338 bom, eu sou o engenheiro Finamor, sou representante aqui do Conselho Regional de
339 Engenharia – CREA, eu sou funcionário da CORSAN há trinta e cinco anos. A minha área de
340 atuação sempre foi saneamento básico e eu como não sou profundo entendedor dessa
341 matéria eu passei todos os pareceres que recebi para o CREA, para CGTE, CERM, para os
342 órgãos, para a CEEE. Recebi retorno da CEGTEE e o CREA passou para a câmara especializada
343 de Geologia e Engenharia de Minas para dar o parecer que eu repassei para cá e vou ler para
344 vocês qual é a posição do CREA a respeito: foi no dia três de novembro. Senhor conselheiro:
345 tendo em vista o teor da Minuta de Resolução apresentada pela Câmara Técnica Permanente
346 de Recursos Atmosféricos que trata dos Limites Máximos de Emissão para Poluentes
347 Atmosféricos Gerados por Fontes Novas Fixas, em Processos de Combustão que Utilizam
348 Carvão Mineral para Geração de Calor Industrial, Vapor e/ou de Energia Elétrica, informamos
349 que a Câmara Especializada de Geologia e Engenharia de Minas deste Conselho manifestou-se
350 no sentido de endossar a minuta de resolução proposta pela aludida Câmara Técnica.
351 Assinado pelo presidente do CREA. Então essa é a nossa posição. **Sra. Jussara Cony:**
352 obrigada engenheiro Finamor. Bom o ultimo parecer é o parecer da FEPAM. Presidente da
353 FEPAM, Carlos Fernando. **Sr. Carlos Fernando Niedersberg:** Carlos Fernando, presidente
354 da FEPAM. Eu não vou me ater muito no parecer técnico emitido, pelo nosso químico Marcelo
355 Christoff, esse é de conhecimento de todos, fazer uma consideração pouco mais ampla,
356 porque a gente não pode limitar a discussão sobre essa minuta de resolução a ela própria.
357 Precisa de uma discussão mais ampla sobre política energética para o Estado e para o país.
358 Me parece há uma necessidade indiscutível, indubitável do Rio Grande do Sul e do Brasil de
359 ampliar a capacidade energética a gente está em uma fase do desenvolvimento do país que
360 certamente precisa de uma ampliação da capacidade energética. Eu acho que a gente precisa
361 reconhecer primeiro que é um grande trunfo o Brasil ser reconhecido mundialmente como o
362 país que tem a matriz energética relativamente mais limpa do mundo. O segundo
363 reconhecimento que eu acho que é necessário é que o carvão sempre foi uma importante
364 fonte energética no mundo desde a Revolução Industrial no século XIX, e é uma fonte
365 responsável em grande, larga medida pelos gases efeito estufa que hoje sabe os prejuízos que
366 causam ao meio ambiente. Então eu penso que a gente deve como CONSEMA, como Órgão
367 Ambiental do Estado provocar uma discussão mais ampla com a sociedade sobre que processo
368 de desenvolvimento, em que matriz energética a gente quer fazer esse processo de
369 desenvolvimento. Então nesse sentido acho que é necessário a gente ampliar este debate para
370 além de uma simples minuta de resolução sobre limites para um debate sobre como construir
371 essa matriz energética no Brasil. O Rio grande do Sul felizmente no ultimo tempo vem tendo
372 bastante sucesso nos leilões recente de energia na área de eólica é um dos Estados com maior
373 desenvolvimento de bio-combustíveis. Acho que a gente tem um potencial pouco explorado de
374 biomassa, de energia solar, de pequenas centrais hidrelétricas, enfim, temos uma capacidade
375 energética de fontes renováveis e limpas muito grande a ser explorado. Então este debate
376 deve ser posto a partir desse pressuposto, ou seja, esgotando as possibilidades energéticas ter
377 o carvão e outras fontes fósseis não renováveis como complementar e obviamente como fonte
378 complementar, ninguém vai se negar a fazer um debate sobre utilização do carvão, mas tendo
379 esse pressuposto, não partindo de um pressuposto que considero ruim para o Estado de como
380 existe tem a necessidade de utilizar acho que isso seria uma política equivocada do nosso
381 Estado. Então o carvão como fonte suplementar tudo bem. Outra coisa que acho necessário é
382 agente ter o reconhecimento da baixa qualidade de nosso carvão infelizmente. Ele é um
383 carvão com alto teor de enxofre, alto teor de cinzas, um percentual relativamente elevado
384 também de metais pesados, então tudo isso tem que ser levado em consideração, aí pode se

385 argumentar: existe tecnologia hoje para evitar isso, é verdade, existe tecnologia disponível
386 para isso, agora precisa se pensar a partir da lógica que existe essa tecnologia que muda a
387 condição primeira que é muito fervorosamente enfatizada na utilização do carvão de que é
388 uma matriz barata. Se a gente utilizar toda a tecnologia disponível para que essa fonte não
389 seja tão poluente, ela deixa de ser uma fonte tão barata ela passa a ser competitiva com a
390 eólica, por exemplo. A eólica fica em um valor compatível e competitivo, por exemplo, com o
391 carvão, se a gente tiver toda a preocupação ambiental necessária. Felizmente eu acho que a
392 gente vive em um ambiente no país que a política nacional tem compreendido isso. Se a gente
393 olhar, os últimos leilões não têm permitido a utilização de fontes não renováveis de
394 combustíveis fósseis e como isso está assegurado por um período razoavelmente longo, pelo
395 menos o próximo leilão está assegurado pelo ministério de não vai ter a possibilidade de
396 termoelétrica me parece que tira a urgência do nosso debate. Então eu acho que a gente pode
397 fazer uma reflexão muito mais profunda com mais ponderação e com mais calma que permita
398 construir essa visão mais ampla sobre a utilização do carvão. Ainda tem também alguns
399 balizadores pontuais aí, estritamente sobre a resolução que eu gostaria de comentar para
400 encerrar: primeiro, é verdade o que está dito aqui no nosso documento formulado pelo
401 Marcelo, de que hoje a gente na dispõe de uma rede que possa atestar ou não atestar se há
402 ou não saturação nas nossas bacias aéreas. A nossa rede está com muita dificuldade, falta de
403 manutenção etc. a boa notícia que esperamos e temos a convicção a partir da reunião que tive
404 hoje de manhã, até gostaria de agradecer a TRACTEBEL aqui presente, que é uma das
405 parceiras nesse projeto, que em junho do ano que vem a gente vá ter a rede com três
406 estações funcionando, agente vai ter um diagnostico bem mais preciso da realidade das
407 nossas bacias aqui no Estado. O segundo, é que esses parâmetros que hoje estão contidos na
408 FEPAM, na atual normativa da FEPAM, eles derivam de compromisso e ajustamento com o
409 Ministério Público firmado em dezembro de 96 isso vai ter sempre ser levando em conta na
410 medida que a gente queira reformular essas medidas tem que ser pactuadas com o Ministério
411 Público com quem foi compactuado lá atrás as medidas hoje estabelecidas. E também na
412 resolução apresentada leva em conta, acho que são importantes outros parâmetros nacionais
413 como Ceará e Internacionais os limites na União Européia e Estados Unidos. E tudo isso levado
414 a cabo junto com o CONAMA 03/90 permitem ao Marcelo, que é quem formula hoje esse
415 parecer da FEPAM, chega a conclusão de que é necessário manter os parâmetros atuais da
416 FEPAM e remeter de volta para a câmara técnica pra uma nova discussão. Me parece que a
417 gente ganha com isso, com o tempo vai ser possível fazer um envolvimento maior da própria
418 casa, hoje foi uma discussão mais pontual junto ao setor da qualidade do ar, o conjunto do
419 FEPAM ser envolvido, e mais do isso a gente está se propondo em quanto FEPAM a fazer um
420 seminário mais amplo para ouvir o conjunto da sociedade setor produtivo, as entidades
421 ambientais, o governo sobre que matriz energética a gente quer para nosso Estado, para nosso
422 Brasil. Era isso. **Sra. Jussara Cony:** obrigada, Fernando. Só adicionando que esta perspectiva
423 desse seminário que o Fernando coloca é mais amplo e ele envolve todos os órgãos
424 ambientais do Estado. Quando ele fala FEPAM, naturalmente está falando SEMA, FEPAM e
425 Fundação Zoobotânica, mas não apenas sob perspectiva do carvão, a matriz energética como
426 um todo e envolvendo outras secretarias, acho que assim outros níveis de governo, CONSEMA
427 e toda a sociedade. Acho que é uma idéia interessante para colocar já de forma bem concreta,
428 por exemplo, não tem como discutir sem discutir – a saúde está junto, a educação está junto,
429 a ciência e tecnologia e outros setores, setores que envolvem e setores produtivos do Estado,
430 mas dentro dessa visão como um todo matriz energética, é uma bela oportunidade para a
431 agente deixar isso entre nós para aprofundar em outro momento, mas uma boa proposto, um
432 bom encaminhamento. Bom, agora nós temos a possibilidade de abrir uma discussão aqui,

433 temos quatro pareceres, não quero já me atrever a fazer o encaminhamento, acho que é bom
434 nós ouvirmos nosso Plenário, mas tudo indica que todas as contribuições que aqui vieram são
435 estratégicas e importantes para o desdobramento que nós vamos dar hoje aqui e esse outros
436 de uma visão mais ampla, aliás, até porque é uma responsabilidade de um Conselho como
437 esse de contribuir. Então estão abertas as inscrições. **Sra. Ana Rosa Bered**: Primeiro eu
438 quero me apresentar eu sou a Ana Rosa Bered, eu represento o corpo técnico da FEPAM, foi
439 nomeado dia 26 de outubro, o suplente é o Diego. Então eu já vim, embora rapidamente
440 tomando conhecimento desse assunto, eu procurei buscar junto aos colegas um
441 posicionamento do corpo técnico da FEPAM e muito me gratifico ouvir o posicionamento do
442 nosso presidente, bem como o colega Paulo Brack, em colocar que essa discussão é mais
443 ampla, nós temos trinta anos de discussão interna na FEPAM a respeito desse assunto, que
444 me parece que nos últimos anos elas foram um pouco desconsiderados ou não ouvidas e se
445 existe essa possibilidade de abrirmos novamente essa discussão, ampliarmos a própria câmara
446 técnica, colocarmos contra pontos nessas exposições, aos colegas da FEPAM eu venho trazer
447 essa reivindicação que seja novamente reconduzido esse assunto a câmara técnica para todos
448 nós possamos nos possibilitar novamente. Obrigada. **Sra. Jussara Cony**: agradecendo a tua
449 intervenção, agradecemos o corpo técnico da FEPAM, os nossos órgãos ambientais que têm
450 sido fundamentais. Talvez uma retomada da discussão em um patamar que nosso Estado
451 necessita. A Lisiane da Mira Serra, depois o Salzano. **Sra. Lisiane Becker**: Lisiane – Mira
452 Serra, boa tarde. Queria mais ou menos antecipando dá para se perceber que existe um
453 consenso entre duas propostas que é o retorno à câmara técnica tanto pela FEPAM como pela
454 ONG Ingá, e eu vejo isso muito positivamente, uma vez que, conforme as palavras do
455 presidente da FEPAM, nós estamos nesse tempo para discutir, para reavaliar e nós temos
456 uma proposta colocadas hoje em dia que é padrões atuais normalizados pela FEPAM. Então a
457 minha sugestão é que sem prejuízos a discussão, se retorne à câmara técnica conforme a
458 deliberação de duas dos quatro pareceres. **Sra. Jussara Cony**: Salzano, da Secretaria de
459 Saúde. **Sr. Salzano Barreto**: Salzano Barreto coordeno a área de Vigilância e Saúde
460 Ambiental do Estado e nós estamos inseridos nessa discussão do carvão, quanto setor saúde,
461 obviamente com o aspecto da tentativa de acompanhar os efeitos sobre a saúde atendendo
462 uma exigência do IBAMA quanto da aplicação, ampliação da construção da terceira fase da
463 termoeletrica em Candiota. Então fazem pelo menos uns dois anos que a gente acompanha
464 em grupos **ininteligível**, crianças menores de cinco anos com crises respiratórias e, acho que
465 tenho que colocar aqui, que os resultados que temos eles apontam para situações que hoje
466 vivenciamos naquela região é uma preocupação bastante acentuada, tendo em vista que hoje
467 pode se comparar taxas de acometimentos de crise de asma, por exemplo, as cidades ditas ou
468 sabidas, muito poluídas do Estado como Esteio porque tem uma coqueria lá, porque tem uma
469 pedreira, porque está próximo da **ininteligível**, então a taxa de adoecimento de busca de
470 atendimento por problemas respiratórias se equiparam hoje nesta região de influencia direta
471 da usina. Então nesse ponto de vista, com base nesses dados a gente entendo que p retorno
472 para ampliar essa discussão, buscando ampliar também estudos relativos a efeitos e custo-
473 benefício da separação do carvão seria um bom encaminhamento a ser dado. Então
474 inteiramos a necessidade de retorno à câmara técnica, a resolução. **Sra. Jussara Cony**:
475 obrigada. FIERGS, Tiago. **Sr. Tiago Pereira Neto**: boa tarde senhora presidente. Boa tarde a
476 todos os conselheiros. Meu nome é Tiago, estou como representante da FIERGS nesta
477 reunião. Eu só gostaria de fazer algumas colocações, talvez colocar alguns pontos para
478 reflexões aqui do Conselho em cima do que foi manifestado aqui e em maioria dos pareceres
479 dos pedidos de vistas, e até certo ponto atenção de um grupo específico que se debruçou
480 quatro anos para estar ou propor uma propostas de resolução e depois de quatro anos de

481 estudo se chegou a um posicionamento de alguns conselheiros aqui de que isso deveria ter
482 retornado para a câmara técnica, até acho que no primeiro momento não precisaria ter
483 esperado esses quatro anos, essa discussão poderia ter acontecido lá e essa discussão deveria
484 ter sido explorada talvez lá e em nenhum momento as portas foram fechadas para isso. Eu só
485 queria colocar alguns esclarecimentos de que a proposta que veio aqui para o plenário ela não
486 elaborado somente por um grupo pequeno, que foi escolhido, foi convidada as pessoas para
487 integrar nesse grupo e isso foi levado a câmara técnica que aprovou por todas as instituições
488 que o professor Gallas colocou aqui e explanou muito bem todas as instituições que
489 aprovaram. Então essa proposta, em primeiro lugar, não vem de um subgrupo que
490 voluntariamente se propôs ao tentar resolver uma carência de uma resolução específica pro
491 que o órgão licenciador precisava de um balizamento legal para isso, com todas as boas
492 intenções possíveis e dentro, claro, considerando todas as questões técnicas, econômicas e
493 **ininteligível**, esse é em primeiro ponto. Segundo, que a proposta da FEPAM ela não é a mesma
494 que está sendo aplicada hoje e que foi discutido na resolução. Isso pode até ser comparada
495 pelo próprio pedido de vistas da FEPAM, os parâmetros especificamente de material
496 particulado eles estão sendo propostos na minuta, estão abaixo do que é aplicado hoje, e
497 também os parâmetros de dióxido de nitrogênio para potências de acima de 72 MW também
498 são mais restritivos. Então só para esclarecer no plenário isso, é possível pegar pelo próprio
499 parecer e fazer essa comparação de que eles não são iguais, então tem pontos que precisam
500 deixar claros. A questão das bacias comprometidas que foi talvez um dos principais pontos
501 discutidos e que todos tem preocupação, essas bacias comprometidas onde já existe empresas
502 termoelétricas trabalhando em operação foi uma discussão muito grande no subgrupo também
503 e nós nos preocupamos com isso tanto que nos preocupamos que criamos a redação do artigo
504 6º que falava que em áreas de bacias saturadas, a FEPAM determinaria esses padrões de
505 imissões de forma que fosse pelas fontes fixas sem prejudicar aquela bacia em estado já de
506 saturação. Então muitos pontos que foram colocados, então só gostaria de esclarecer, que
507 todos eles foram pensados por esse grupo, todos esses pontos foram tentados ser
508 transmitidos pela redação dessa minuta de resolução. Eu acho que cabe esses
509 esclarecimentos. Outro ponto é a questão das operações creditadas que foi colocado aqui um
510 ponto de crítica, eu acho que é um ponto que realmente se for o caso de pensar, mas
511 realmente ela não foi colocado em nível nacional, que faz as operações creditadas é o
512 mecanismo do Estado de São Paulo, existe uma legislação, não me recordo se é um Decreto
513 ou uma Lei, que fala de operação creditada e quem somos nós para falar de São Paulo em
514 relação a monitoramento do ar, eu acho que nesse ponto nós estamos, talvez que utilizar-los
515 até como referencia e utilizar boas praticas que eles fazem. Então é o ponto que buscamos
516 trazer para o Estado essa operação creditada, então eu coloco, talvez, também como ponto
517 positivo de tentar trazer mecanismo de incentivo. Um ponto que chamou a atenção também
518 que o conselheiro Paulo Brack colocou, a questão de **ininteligível** de equipamentos de
519 **ininteligível** para não se ter equipamentos de abatimentos de controle de emissões eu acho
520 que nesse ponto, eu acho que foi muito infeliz esse questionamento porque o grupo foi sério,
521 o grupo trabalhou de forma que em nenhum momento nos precisamos determinar padrões
522 onde não precisasse de um controle para queima para as emissões dessas fontes fixas. Os
523 padrões, inclusive, utilizados como referencia foram padrões de uma resolução Nacional do
524 CONAMA que define padrões para **ininteligível** que é um poluente ainda muito mais agressivo
525 que o carvão. Então não existe nenhuma possibilidade e intenção de se determinar padrões
526 para se evitar efetivamente que se utilize ou que não utilize equipamentos para isso. Outro
527 ponto que talvez seja importante colocar para os conselheiros, houve uma reformulação esse
528 ano, eu desde que entrei aqui no conselho em 2008, tenho acompanhado as reuniões e é

529 interessante colocar e deixar claro para todos que as reuniões das câmaras técnicas elas são
530 abertas para todas as instituições participarem, o subgrupo foi criado e todos receberam os
531 convites para participarem, então participa quem tem interesse, quem quiser ir lá. Então não
532 há como garantir esse equilíbrio, se não há interesse em participar dessas reuniões. Eu acho
533 que isso é um problema que as câmaras técnicas passam muito grande, é um desafio, eu acho
534 que se as discussões começarem a vir para cá, ter uma discussão mais bonita, detalhada que
535 precisaria ser discutida na câmara técnica, isso só desvaloriza a câmara técnica e os trabalhos
536 efetivamente que são criados por esses grupos. Então deixar bem claro aqui que não foram
537 um, dois ou três que formaram um grupo e fizeram essa resolução, isso foi um processo
538 muito, mas muito transparente e isso é assim dentro do CONSEMA, eu aprendi isso aqui e
539 quero compartilhar isso com vocês que aqui dentro do CONSEMA ou das câmaras técnicas não
540 existe qualquer possibilidade de se ter um grupo fechado que vá trabalhar sem transparência.
541 Então os interessados que queiram participar de qualquer grupo discussão que estão nas
542 câmaras técnicas, por favor, participe a gente precisa disso, e quem fala aqui é um
543 representante da FIERGS, a FIERGS, ocupa quase todas as câmaras técnicas e vem em quase
544 todas as reuniões, os colegas aqui que participam nas câmaras técnicas sabem disso e cansam
545 de me ver, nos encontrar nas reuniões, conversar e discutirmos os temas. Então a FIERGS é
546 ativa dentro dessas câmaras técnicas também e acho que as instituições precisam fazer isso
547 também dessa forma. E o ponto que a gente tenha que levar talvez é efetivamente o
548 encaminhamento que se vai dar em relação a essa Resolução, e acho que pegando o ponto
549 final do Fernando, presidente da FEPAM, conselheiro aqui, de que efetivamente se precise se
550 fazer um estudo da política de matriz energética aqui para o Estado, mas nós precisamos
551 esperar esse tempo todo para se criar um regramento para o carvão? Quanto tempo vai se
552 demorar para criar uma política energética e enquanto isso como fica as novas fontes que vem
553 para se instalar para cá? Esses regramentos? Esses controles de gestão, até que efetivamente
554 se faça essa discussão ampla, que acho que tem que ser feita pela discussão da matriz, mas
555 em um instrumento legal que a própria FEPAM disse e o Gallas referencio ali em uma das
556 reuniões das câmaras técnicas que a FEPAM tem essa carência de uma resolução para esse
557 tipo. De qualquer forma só gostaria de fazer esses pontos para reflexão e alguns
558 esclarecimento que acredito que é **ininteligível** de todos e o que eu percebi dos pedidos de
559 vistas e o meu ponto final aqui da resolução é: sim ela contempla muito das preocupações que
560 foram colocadas aqui e acredito que os padrões de emissões definidos aqui são adequados e
561 eles podem muito bem ser alterados a partir daquele regramento, redação do artigo 6º e eu
562 coloco aqui a nossa posição, posição da FIERGS de ser a favor, obviamente, da aprovação
563 dessa resolução. Muito obrigado, presidente. **Sra. Jussara Cony**: obrigada, Thiago. Mais
564 alguém? Pois não: Campani e depois... **Sr. Darci Campani**: Campani – UFRGS. Eu acho que
565 a discussão está indo tranquila no sentido do retorno para fazer uma melhor discussão, eu
566 participa das câmaras técnicas a gente se encontra seguidamente aqui nas reuniões, mas a
567 gente sabe a dificuldade que tem a própria câmara técnica até está relatada ali das
568 substituições ocorridas do próprio corpo técnico da FEPAM que pode ter prejudicado a boa
569 discussão e não realmente culpa de nenhum membro da câmara técnica é uma decisão do
570 órgão que estava atuando aqui na época, administrativamente. Acho que a gente pode até
571 mandar de volta, mas não sei, acho que até para enriquecer ou para dar algum rumo na
572 discussão, não adianta mandar de volta e bom CONSEMA não se posicionar em relação ao que
573 está em pauta. Acho que a gente pode mandar e já com algumas recomendações se não vai
574 para volta e volta para cá daqui seis meses, um ano e bate aqui de novo com coisas que a
575 gente pode vir a não aprovar. Acho que algumas coisas que estão aí no voto da FEPAM e do
576 Ingá que a gente já tem que levar em consideração, acho que a questão dessas

577 compensações financeiras eu acho complicado também, por que quem é que vai pagar essas
578 compensações financeiras, somos nós cidadãos. Eu não vi de onde iam tirar o dinheiro, iam
579 tirar o dinheiro, né? Então se vão ter compensação financeira por poluir menos que a
580 resolução, então tem que se criar compensações financeiras negativas, ou seja, pagar para
581 aquelas, como o Salzano disse, crianças que estão por aí adoecendo elas precisam de
582 tratamento saúde que vai onerar lá o SUS, então se tem compensação a favor tem que ter
583 também compensação contrária . Então acho que é descabido em uma resolução sobre padrão
584 de emissão tentar regulamentar aspectos financeiros. Então acho que a gente poderia mandar
585 algumas recomendações, acho que existe certa sensibilidade aos padrões atuais que está
586 sendo utilizado nos licenciamentos. E como recomendação paralela, concordo com o Thiago
587 não dá para esperar a resolução da matriz energética gaúcha para aí termos uma resolução, e
588 também uma discussão e acho que o governo do Estado deve ter uma posição sobre o carvão
589 que tem nesse subsolo, vamos usar não vamos usar, usar para quê, que também existe toda
590 uma expectativa não só da iniciativa privada, mas da população que mora em torno desse
591 locais, de uma utilização econômica e da geração de renda entorno disso aí, mas acho que a
592 gente tem que deixar claro: não vamos usar, bom não vamos usar, enquanto governo nossa
593 idéia essas regiões vão ter outro processo de desenvolvimento econômico ou vamos usar,
594 vamos usar para quê, como, quando para que a gente não tenha junto a população e junto
595 aos próprios empreendedores algumas expectativas que não venham se concretizar. Então eu
596 encaminharia a favor de ir a câmara técnica com essas quatro recomendações. Quer dizer as
597 duas ultimas não é para a câmara técnica é para a secretária. **Sra. Jussara Cony:** Rita, por
598 favor. **Sra. Rita:** bem, boa tarde a todos, meu nome é Rita. Eu trabalhei nessa câmara
599 técnica como representante da FIERGS, e eu gostaria de fazer algumas colocações com
600 relação ao parecer do INGÀ, uma vez que cita a usina termoeletrica de Charqueadas que é a
601 Usina que eu trabalho – TRACTEBEL ENERGIA. Tem um item que fala, embora sem uma
602 cobertura plena atual, os dados de monitoramento da área de influencia da usina Termochal
603 em Charqueadas, região metropolitana de Porto Alegre, já permite aferir que foram por seis
604 vezes ultrapassado a emissão de poluentes apenas este ano, segundo dados fornecidos pelo
605 corpo técnico da FEPAM. Há que se ter um discernimento com relação ao que é
606 monitoramento ambiental. Monitoramento ambiental é quando se verifica a qualidade do ar, e
607 emissão é um outro monitoramento. Pelo monitoramento ambiental, que se tem na região,
608 não se pode inferir qual empresa, qual unidade está violando, se é que foram violadas, porque
609 todos contribuem para a poluição atmosférica tanto as fontes fixas como as fontes móveis.
610 Então acho importante colocar isso e gostaria de aproveitar para relatar que a usina de
611 charqueadas adotou todas as medias de proteção para que os poluentes ficassem dentro dos
612 padrões fixados no termo de ajustamento de conduta também citado no parecer. Para que
613 fosse feito isso ela investiu sessenta milhões de reais e os novos controles que são feitas de
614 mangas importadas da GE americanas e lavadores de gás foram instalados em três anos, foi
615 inaugurada em outro de 2010, e juntamente com esse sistema nós adotamos o sistema de
616 medição online no qual a FEPAM tem acesso em tempo real das nossas emissões, estão todas
617 disponibilizadas, somos a primeira empresa a ser monitorada on-line pela FEPAM e como em
618 qualquer sistema novo foram necessários muitos ajustes, intervenções a partir da instalação
619 desse sistema e todas essas intervenções e ajustes foram relatados à FEPAM, de todo modo
620 que após um ano da instalação desse sistema, nós estamos com nossas emissões
621 rigorosamente dentro dos padrões de emissões fixados pela FEPAM. Obrigada. **Sra. Jussara
622 Cony:** obrigada, Rita. Quem é agora? Hartmann, por favor. **Sr. Fernando Hartmann:**
623 Fernando Hartmann, da câmara técnica e da Sociedade de Engenharia. Eu queria ser mais ou
624 menos o ultimo a falar porque eu não gostaria...bom eu não quero entrar em relação a

625 minuta, porque o **ininteligível** da minuta se ela está certo ou está errada, se o numero poderia
626 ser maior ou menor, podia ter outra redação, eu não quero entrar nessa **ininteligível** porque
627 acho que afinal o CONSEMA é soberano sobre isso toda a deliberação que ele vai ter etc.
628 agora por outro lado, eu esperava que aqui neste conselho viesse propostas de melhoria da
629 resolução e não simplesmente remeter ela novamente a câmara técnica. Se eu estiver
630 razoavelmente certo vai demorar mais uns três anos para este conselho novamente analisar
631 este assunto, nesse período de três anos se alguém quiser instalar uma usina ou uma caldeira
632 que utilize carvão mineral tanto nova e fixa, qual a legislação que ele vai adotar? Eu não estou
633 com isso querendo dizer que forçosamente hoje aprovar a resolução, mas eu já disse em uma
634 outra reunião nossa, duas reuniões atrás, que agente deveria ter um ponto final nisso, quer
635 dizer, progredir. Fazer uma resolução que atendesse **ininteligível** etc. mas que a gente
636 chegasse em algum momento em alguma situação, porque existe uma resolução Nacional,
637 existe os licenciamentos que a FEPAM está utilizando, inclusive o IBAMA sendo que uns, a
638 ponta da direita vamos dizer assim, acima de 1000 Mwatts térmicos é o que está licenciado é
639 o que está dentro dessa resolução, desta proposta, mas não existe um documento do
640 CONSEMA que estabeleça os padrões, as taxas de emissões. Então essa é a nossa
641 preocupação enquanto câmara técnica, a nós somente cabe assessorar o CONSEMA nas sua
642 deliberações, então se o consema acha importante devolver a câmara técnica, assim o faz,
643 acho que a intervenção que o Campani fez foi muito importante que é indicando algumas
644 coisas para a câmara técnica trabalhar, se isso realmente acontecer, para que essa evolução
645 ocorra o mais rápido possível. Era isso obrigado. **Sra. Jussara Cony:** obrigada, Hartmann.
646 Temo Sérgio, e depois Gallas. Acho que vamos encerrando por aqui, né? Acho que o Sérgio e
647 Gallas, se não tiver ninguém mais interessado, encerramos por aqui. **Sr. Sergio Negua:** boa
648 tarde, eu sou o Sergio Negua, sou representante aqui da SEINFRA.bom na verdade o que eu
649 queria reforçar aqui, primeiro por eu ser novo aqui no conselho eu até me sinto constrangido
650 de uma certa forma, porque se discutem quatro anos sobre o assunto, né, chega até nós e
651 agora a gente diz que Não, não serve, vamos discutir de novo e aí nisso eu acho que o
652 Campani foi perfeito sim, o que que vamos discutir de novo especificamente, porque se não
653 nos constrange chegar aqui e dizer que o trabalho que foi desenvolvido não basta, não serve,
654 não dá. A gente corre o risco de aqui um, dois, três meses um ano e chegar aqui e dizermos:
655 Não dá! E não dá e não dá , e não dá! E os anos vão se passando outros começam a se
656 aposentar por uns dizem que estão há vinte, trinta anos e vão se aposentar, não estarão mais
657 aqui e as pessoas continuam dizendo que Não dá! Acho que isso é uma realidade que a gente
658 precisa assumir as nossas responsabilidades, no sentido de que nos temos que dar uma certa
659 resposta para nós, para nós mesmo porque hoje nós estamos imbuídos de uma função que
660 precisa ser exercida, vamos exercer em plena plenitude as funções que nos cabem ou vamos
661 transferir elas para um futuro e um futuro incerto, porque isso é importante. Porque nesta
662 questão, eu queria dar um exemplo simples e é o que foi citado pelo presidente da FEPAM: o
663 governo federal toma a decisão, está claro para eles, que Zimmer recentemente colocou que
664 para o governo federal a questão do carvão não era prioridade, não é questão dele a maior
665 parte, mais de 80% da reserva está no Rio Grande do Sul, então isso é problema nosso. Então
666 o governo federal entende que tem outras energias que eles vão investir, eles pensam em
667 país, esse é problema nosso, nessa clareza objetiva está assumida a responsabilidade! Talvez
668 de uma escolha que está se fazendo. Nós também temos que fazer a mesma coisa: o carvão
669 não é prioridade, não vamos utilizá-lo até para podermos dar resposta a sociedade para a
670 sociedade também possa, como disse o Campani, acho nessa colocação ele foi bem claro,
671 tomar nosso rumo, vamos ver o que vamos fazer com aquela população, aquela energia,
672 aquela estrutura. E acho que a gente tem que fazer escolhas. O que eu coloquei, só gostaria

673 de registrar é pedir isso sim que se é possível, que seja sim remetido para que seja feito os
674 acréscimos ou as melhorias ou as mudanças, mas também que seja estipulado um período,
675 um tempo para que isso aconteça para que a gente possa aprofundar e intensificar a
676 discussão e não jogar para um futuro incerto, pra que? Para que a gente assuma, não há
677 constrangimento nenhum e acho isso, posso falar em nome do governo na parte que nos
678 cabe, que hoje estamos aqui para governar, então temos que tomar uma decisão, nós não
679 vamos jogar para outro governo, para o outro, para outro como se tem feito às coisas nesse
680 país há muito tempo. Aquilo que é complicado, aquilo que é constrangedor, aquilo que é difícil
681 se joga para os próximos anos, para gerações futuras e aí os governos e as pessoas não
682 tomam para si as responsabilidades, pois bem vamos tomar uma decisão quando for
683 necessária se isso nos causar algum prejuízo seja ele político, eleitoral, seja lá, vamos tomar
684 essa posição e aí outros que virão reformem, porque as decisões tomadas podem ser
685 reformadas a qualquer tempo. O que nós não podemos é não fazendo a nossa parte, ou seja,
686 discutir, chegar a uma conclusão e arriscarmos eu acho que a gente tem que tem ousadia
687 para arriscar. Então gostaria de deixar esse registro, que acho que, essa é uma questão desse
688 governo, que agente veio também para quebrar alguns ovos para fazer alguns omeletes, que
689 são necessários para colocarmos o Estado nosso em desenvolvimento, acho que isso é
690 importante. **Sra. Jussara Cony:** Obrigada. Gallas. **Sr. Paulo Gallas:** Paulo Gallas, Secretaria
691 de Ciência Inovação e Desenvolvimento Tecnológico. São bem interessantes as colocações
692 feitas tanto pelo Dr. Brack quanto pelo Dr. Campani e também agora pelo meu colega da
693 SEINFRA. Eu ainda colocaria um pouco mais, chavões mais clássicos: "ruim com, pior sem"
694 leis, energia e assim por diante. E ao mesmo tempo eu observando a proposta da resolução,
695 que começou com uma proposta feita pela FEPAM chegando até a câmara técnica trabalhada.
696 Não se conseguiu o ótimo, se conseguiu bom, no meu entender. Mas o ótimo é inimiga do
697 bom. Então a Secretaria de Ciência Inovação e Desenvolvimento Tecnológico entende que
698 com os nomes elementos que foram aportados e que deverão ser aportados e esperando
699 contar com o auxílio das entidades aqui representadas, concorda em reencaminhar o processo
700 à câmara técnica para as devidas correções e reestudos. Mas também não podemos esperar
701 três anos, como o Dr. Hatmann colocou, precisamos ganhar esse tempo. Não podemos
702 empurrar com a barriga, como disseram aqui. Eu também fiz parte da câmara técnica sem ser
703 nomeado eu vim da CIENTEC, sou pesquisador, professor da Universidade Federal e vim
704 colaborar. Eu perdi meu tempo? Não, eu ganhei para o Estado, ganhei para os senhores,
705 ganhei para toda a população. Hoje eu represento a secretaria, mas durante quatro anos não
706 representei, a não ser os interesses em colaborar como profissional. Eu trabalho há mais de
707 trinta anos com carvão. Como eu coloquei para alguns, eu sou funcionário da CIENTEC graças
708 a Deus, profissional há trinta e quatro anos e a minha área de pesquisa não vendo carvão, não
709 compro carvão, não produzo termoelétricas, não construo caldeiras o que eu faço é
710 tecnologia. Então é exatamente isso que eu vim buscar junto a câmara técnica dar o apoio
711 que nos foi solicitado. Bom então, lembrando também que se essa câmara técnica não tiver o
712 apoio da FEPAM, do professor Brack, professor Campani, da SEINFRA e do CREA **ininteligível**.
713 Então gostaria, quer dizer, se temos que trabalhar vamos trabalhar juntos. Vamos trabalhar
714 sem ter assento na câmara técnica, mas trabalhar . **ininteligível** as reuniões da câmara técnica
715 é um discussão, mas não é trabalho. Trabalho é o que se faz fora da câmara técnica em
716 análise de processo, análise da legislação isso é trabalho, assim como o Marcelo fez, trabalho
717 muitas e muitas horas. Assim como outros colegas, amigos da FEPAM fizeram. Aqui ou na
718 câmara técnica apenas discussão do que foi trabalhado. Então o trabalho é fora. Se isso não
719 acontecer, mais três anos se passarão. **Sra. Jussara Cony:** obrigada, Gallas. Bom, então
720 acho que está no momento de fazer alguns encaminhamentos. Eu gostaria primeiro de, esse

721 histórico trazido aqui especialmente pelo Gallas, pelo Tiago e a própria intervenção do Sergio
722 da SEINFRA, eu acho que nós temos que ter presente este histórico. Eu acho que essa reunião
723 é uma reunião diferenciada na forma e no conteúdo quatro pareceres, uma discussão à altura
724 do que exatamente nós precisamos nesse desafio de desenvolvimento de nosso Estado com
725 sustentabilidade ambiental. Então acho que tem que ter presente esse histórico e eu quero ao
726 tê-lo presente, fazer um agradecimento, embora só nesse ano secretária, ao Hartmann e a
727 todos aqueles que participaram do processo nesses quatro anos de discussão. Eu acho que
728 tem que fazer esse agradecimento. Até porque o histórico mostra que em um determinado
729 momento, são os tempos históricos e os tempos políticos, e os tempos de desenvolvimento e
730 que desenvolvimento, foi aprovado por unanimidade. Eu chego a conclusão de que se houve
731 problemas, foi problemas de gestão de governo, inclusive com troca de representantes do
732 governo da FEPAM, principalmente na câmara técnica. E isso sem dúvida eu considero um
733 retrocesso e um comportamento absolutamente, eu acho que o pronunciamento da
734 funcionária da FEPAM deixou isso muito claro, a gente tem essa clareza porque esta gerindo
735 aqui, e junto com o Fernando, junto com a Alerte da Fundação zoobotânica um processo de
736 uma estrutura que tem que ser resgatada e reformulada, então acho que fica claro isso aqui.
737 Houve problema e gestão de governo mesmo, troca de técnicos e por aí se vai. Agora eu acho
738 que nós, eu trago isso principalmente em uma reunião como essa, quero dizer a vocês que
739 estou muito gratificada dessa reunião como presidente do conselho e como secretária de
740 Estado. Nós não podemos desconstituir o trabalho de uma câmara técnica de um CONSEMA,
741 porque nós estaríamos desconstituindo o próprio CONSEMA e eu acho que não é disso que se
742 tratou hoje aqui. Por isso que nós temos que ter o histórico e temos que pontuar onde houve
743 o problema, porque nós estaríamos desconstituindo, inclusive, as instituições que vieram
744 trabalhar, inclusive as instituições do próprio Estado e aí eu não falo mais em governo, falo em
745 Estado, as instituições do Estado que trabalharam. Então isso é importante que se diga
746 quando nós estamos aqui e já passo para o segundo ponto buscando unificar dentro do
747 governo uma nova forma de gestão do Estado e de parte do governo, uma relação
748 diferenciada de participação com sociedade. Eu acho que hoje uma relação diferenciada aqui
749 está o Estado, com pareceres diferentes, inclusive e a sociedade organizada também trazendo
750 a sua opinião, seus pareceres, nessa relação do próprio Estado consigo mesmo e do Estado
751 com a sociedade aqui representada pelo CONSEMA. Eu acho que isso são elementos novos da
752 conjuntura atual e da conjuntura atual onde não vi em nenhum momento na reunião de hoje
753 qualquer desintonia em buscar o desenvolvimento com sustentabilidade, então acho que é
754 disso que se trata. Se é disso, nós temos que pensar antes de mais nada no fortalecimento da
755 câmara técnica, acho que vários colocaram isso aqui. O Campani estava falando, eu estava
756 aqui, parecia que estávamos mais ou menos juntos, meio que psicografando anteriormente o
757 que tu estavas falando, conversando aqui com o Rafael. Então o fortalecimento dessa câmara
758 técnica, não só nesse, mas em todos os assuntos de fundo para esse desenvolvimento com
759 sustentabilidade, nós estamos inaugurando um novo momento. Se essa câmara técnica não
760 for fortalecida, e o fortalecimento é isso é ela estar aberta a todos aqueles que venham
761 buscar, participar e trazer a sua contribuição. Porque é isso, nós estamos em um novo
762 momento e o próprio CONSEMA pressupõe também uma nova dinâmica, e as câmaras
763 técnicas também uma nova dinâmica porque é o desenvolvimento. O Fernando acho que foi
764 na sua fala foi muito conciso e concreto, né. Nós estamos em sintonia com projeto de
765 desenvolvimento do país, nós estamos desenvolvendo, estamos crescendo e nós temos que
766 levar em consideração tudo que gera em torno de cadeias produtivas aí acho que a FIERGS
767 pautou isso. Bom, eu acho quer fortalecer, talvez seja inauguração através dessa questão que
768 não é só do carvão eu considero que nós temos que evoluir para matriz energética, mas

769 fortalecer essa câmara, trabalhar entorno deste conteúdo que agora o encaminhamento
770 estamos unificando aqui, acho que vamos conseguir ter unanimidade aqui, se não
771 unanimidade, maioria, no sentido de voltar à câmara técnica, e é o momento também às
772 vezes os tempos administrativos e políticos não se combinam muito bem, mas isso: voltemos à
773 câmara técnica que é o encaminhamento que unifica e há várias razões, os próprios pareceres
774 trazem essa possibilidade, mas voltar com transparência, com qualidade e com agilidade. Eu
775 quero pautar isso aqui, porque é o seguinte não dá para esperar e não estou falando em
776 relação apenas ao carvão, eu estou falando exatamente na pauta de trabalhar a busca de
777 discutir a matriz energética no patamar que nós precisamos em função, inclusive, dos
778 elementos da matéria prima que nos vem da natureza. Eu quero ir à fundo na matriz
779 energética da hípica sob ponto de vista de Panambi a Guarani eu quero discutir isso, até hoje
780 não pude discutir nas hidrelétricas do rio Uruguai, porque nós temos problemas, ainda não
781 conseguimos discutir, porque esses decisões, é um rio de domínio da União, é um rio que na
782 relação com a Argentina em relação a essas hidrelétricas, a Argentina está pautando e
783 decidindo do que nós mesmos brasileiros, é uma questão, inclusive, de soberania e isso se dá
784 na Estado do Rio Grande do Sul, nós precisamos de todas as formas de energia, porque sem
785 energia...o homem ao longo do seu processo histórico foi descobrindo o que a natureza lhe
786 colocava, bom nessa era da ciência e tecnologia será impossível não usarmos todas as formas
787 que tempos de energia como o avanço da ciência e tecnologia para que possamos usá-la com
788 sustentabilidade para o desenvolvimento? Eu acho que é disso que se trata é uma bela
789 oportunidade de usarmos esses avanços. Então em questão da agilidade, a representação do
790 Estado que estará nessa comissão, nessa câmara técnica, sem duvida ela vai ter agilidade e eu
791 pessoalmente, como secretária, vou estar acompanhando e aprendendo, porque eu não posso
792 comparar o meu conhecimento como por exemplo com o conhecimento que o Gallas tem em
793 relação a Matriz energética. Um pouco ali com a saúde a gente, as questões epidemiológicas
794 eu já me perfilo mais aqui com o **ininteligível**, mas essa é a realidade. Então vamos estar, sem
795 duvida nenhuma acompanhando e o Estado como tal nós estamos aqui com a SEINFRA, com
796 Ciência e Tecnologia, com a Saúde, com a Educação, com os Órgãos Ambientais, com
797 Planejamento, então são secretaria que, na realidade, - a FEPAM, a ZOOBOTANICA, a SDPI
798 que não está aqui mas é importante estar, ah está aqui, desculpe, eu não tinha visto, ela
799 estava tão quietinha. Bom, acho que evoluir também nesse encaminhamento, depois vamos
800 colocar em votação, mas evoluir também para que a gente se constitua um seminário de
801 Estado, de Governo, não apenas de órgãos ambientais dentro desse núcleo estratégico de
802 desenvolvimento com sustentabilidade onde os órgãos ambientais para o desenvolvimento
803 com sustentabilidade, são estruturantes. Acho que é uma forma também de nós sermos
804 entendidos assim: estruturantes. Pela sociedade, pelo próprio Estado, pelo próprio governo
805 para a discussão da Matriz energética pra o patamar que o Brasil e o Estado do Rio Grande do
806 Sul necessitam, agora de todas as matrizes, de todas essas matérias primas e aí a questão do
807 carvão vai estar pautado porque o governo vai tomar. Se é do Rio Grande do Sul, alias o
808 governo federal sempre, as Resoluções, os Pareceres, tudo que tem em relação ao Governo
809 Federal é aquela coisa meio, eu não estou falando deste ou daquele governo, da UNIÃO, é
810 tipo Poncio Pilatos: o problema é de vocês. O carvão só tem no Rio Grande do Sul, Santa
811 Catarina – resolvam, pois eu acho que está na hora de resolver e o Governo do Estado vai
812 tomar uma posição e esse seminário é subsidio para o Governo tomar essa posição. Então o
813 uso da Ciência e Tecnologia bom, vamos ver a posição o governo com certeza pauta para nós
814 e é nossa responsabilidade fazer isso, se fizermos junto com a sociedade, melhora ainda pra
815 isso tem o CONSEMA. Então vamos evoluir, vem dezembro, como a gente faz, construir um
816 belo seminário. Daqui eu já vou levar para núcleo de governo essa proposta à instancia de

817 governo para que façamos esse seminário para subsidiar as decisões em relação a nossa
818 matriz energética como um todo, com a particularidade que no Rio Grande do Sul nós temos o
819 carvão. Então acho que é por aí, a decisão desse conselho é sábio para nos ajudar nisso.
820 Então era isso que eu queria fazer essas colocações aqui, no sentido de que uma reunião
821 como essa ela pressupõe a gente fazer os melhores encaminhamentos e é isso um pouco o
822 que o Campani diz: Ta e aí, e aí? Quanto vai demorar? O que nós vamos fazer? É por aí...por
823 exemplo, nós estamos possivelmente assinando nesse mês ainda com a Itaipu Binacional a
824 busca de uma nova forma através dos biodigestores, inclusive com a sobra de energia, porque
825 nós não detemos a energia. Em relação ao carvão, pelo que eu sei em determinados
826 momentos em falta de energia ele foi sustentáculo para o Brasil. Quem detém energia é a
827 nação é o país. Então nós estamos aí para assinar essa possibilidade, um plano de cooperação
828 com a Itaipu Binacional, com os dejetos é política de resíduos sólidos. Os dejetos de suínos e
829 aves para biodigestores com sobra de energia para vender, então são novas formas que a
830 matriz energética pressupõe em função do nosso sistema de produção, porque o sistema de
831 produção também eles dão a dinâmica que nós precisamos de que matérias primas nos
832 precisamos para avançar na produtividade de sistemas tanto os mais tradicionais e os novos
833 sistemas, cadeias produtivas. Então eu faço o encaminhamento no sentido de que, me parece
834 que é ...quais as posições que tu não concordas? Estou dizendo aqui como qualquer
835 conselheiro. Vai ter votação, querido! Vai ter votação, porque foi o encaminhamento feito pela
836 FEPAM, ah! O não encaminhamento? Sim, sim. Eu estou fazendo colocações como secretária e
837 como conselheira política, eu não estou encaminhando, não estamos falando no que eu vou
838 votar eu vou votar aqui o momento oportuno, agora o encaminhando como o presidente tem
839 que dar é um encaminhamento que duas entidades, no mínimo fizeram, outra entidade
840 acabou concordando a CIENTEC e a Sociedade de Engenharia tinha dão o aporte, eu não vi
841 nenhum encaminhamento ao contrario, então o primeiro é o teu. Eu fiz uma intervenção
842 tentando sistematizar tudo e dizendo da nossa responsabilidade como Estado de que essa
843 câmara técnica vai funcionar com a transparência e agilidade necessária. Nós não podemos
844 mais mandar mais as coisas para calêndulas, nós não podemos mais tirar a responsabilidade
845 do Estado, chega. **Sr. Eduardo Stumpf:** boa tarde, sou o Engenheiro agrônomo Eduardo
846 Stumpf, representante da AGEFLOR, no comitê do Baixo Jacuí onde eu sou vice-presidente e
847 represento os comitês no CONSEMA. Então eu vou falar, sem autorização expressa, em nome
848 de setecentas pessoas dos comitês do RS. A minha proposta é pela aprovação da Resolução,
849 nos níveis que eles estão, por quê? Porque eu li todos os pareceres, procurei me interar de
850 tudo e entendo que a proposta é boa. Talvez não seja perfeita, mas é boa. É melhor ter uma
851 proposta do que não ter nada. E a discussão paralela, comparando, por exemplo, a Resolução
852 do Ceará: Ceará não tem carvão. Comparando com a Europa: a Europa usa carvão há
853 quatrocentos anos e está com um problema sério com o carvão. Então o padrão deles tem que
854 ser restritivo, ser muito restritivo porque o beackground deles já é muito grande. O Rio Grande
855 do Sul tem que ter um padrão, a FEPAM está sem padrão então nós caímos em um vácuo, é
856 preferível uma norma ruim ou não ter norma nenhuma? Aí nós vamos dar volta, mas a
857 discussão energética tem que fazer! Assim como eu, representante do comitê de bacia nós
858 estamos lá no sistema de recursos hídricos há dez anos discutindo, estamos com grande
859 dificuldade nos planos de bacia. Os comitês não são ouvidos pela FEPAM em relação a padrão
860 ou coisa tal. Então eu poderia fazer aqui o rosário do problema dos recursos hídricos que a
861 gente não tem solução, lá no conselho dos recursos hídricos e eventualmente aqui no
862 CONSEMA. Então nesse sentido que eu, sou uma pessoa legalista, entendo que é melhor nós
863 termos a norma e, lendo todos os pareceres, concordo com a norma, concordo com os
864 padrões de tudo que foi colocado e a minha proposta é pela aprovação da norma hoje. **Sra.**

865 **Jussara Cony:** temos duas propostas e vão ser postas em votação. Então a proposta
866 originalmente acordada pelo menos com três dos que pediram vistas do processo, não sei se o
867 CREA aprovou a proposta, aí não entra, mas pelo menos três, a proposta de que retorne a
868 câmara técnica e a proposta trazida em nome dos Comitês de Bacias que a propostas seja
869 aprovada, o parecer seja aprovado, enviado pela câmara técnica. Então quem concorda com a
870 proposta encaminhada pelas entidades que pediram vistas a partir da proposta do Ingá,
871 proposta da FEPAM e depois adicionado a concordância, pelo Gallas de que volte à câmara
872 técnica com estes indicativos, ressalvas que surgiram também aqui, de agilidade...por favor se
873 manifeste: 13 votos. Quem concorda com o encaminhamento efetuado em nome dos Comitês
874 de Bacias de que se aprove como está: 6 votos. Abstencões? 1 abstenção. Então está
875 **aprovado o retorno** à câmara técnica. Sim! Pois não, 12 a 7. A SEINFRA troca seu voto 12 a
876 7. Ele trocou antes de eu promulgar a decisão, pode trocar. Isso é democrático gente eu não
877 promulguei ainda; tu estás trocando também? Os encaminhamentos das questões, já em ata,
878 que tu colocaste e tantos outros, que eu também coloquei. Tu tens mais alguma coisa sob
879 ponto de vista de tempo, de data... Eu acho particularmente, não quis fazer este
880 encaminhamento porque nós não temos essa figura no regimento então poderia parecer algo
881 assim de parte do governo, mas se um conselheiro entende, não que não tenha posição, mas
882 estou tentando mediar, tem que ficar nessa figura de mediar um pouco aqui. **Sr. Darci**
883 **Campani:** eu concordo com a intervenção do Hartmann, o certo que é que viesse para cá
884 para a gente fazer a deliberação com os outros padrões, mas realmente amadurece melhor
885 voltando para a câmara, mas aí a responsabilidade é nossa de estar dando esse passo. Esse
886 passo tem que ser responsável, ou seja, daqui a seis meses vem uma nova proposta se não
887 sair uma nova proposta na câmara, a câmara tem uma resolução aprovada, então ela volta
888 para o plenário e a gente vai ter que fazer as alterações para gente assumir a
889 responsabilidade. Eu esperei vinte um ano a lei de resíduo sólidos, mas é muito tempo não
890 quero esperar vinte anos para essa resolução . Então acho que seis meses é um prazo, até
891 porque pega o período de férias, vamos deixar para abril por aí, voltar ao plenário, se não
892 houver uma nova resolução da câmara volta essa atual e aí em plenário a gente faz as
893 alterações para ter consequência. Nós já tivemos uma vez que autuar aqui também na
894 resolução de co-disposição de pneus que também estava precisando ter uma política para o
895 Estado, realmente o Estado tem que ser político ele não pode ficar omissos e acho que seis
896 meses é um bom tempo para a gente pensar e tomar decisões. **Sra. Jussara Cony:** eu
897 concordo contigo porque em matéria de esperar eu estou esperando muito mais tempo do que
898 tu, no mínimo pelo SUS foram trinta anos. Bom, então nós temos a votação, a primeira já foi
899 efetuada, houve uma mudança de voto e agora, viu Campani, eu creio que tenho que colocar
900 em votação isso aqui, eu acho melhor. Esse prazo, então proposto pelo Campani, de que nós
901 tenhamos um prazo de seis meses no sentido de que venha para este Conselho um novo
902 parecer, uma nova minuta, se não nós teremos uma vigindo esta aqui que tinha sido aprovado
903 anteriormente por unanimidade e que agora acabamos de. Quem concorda com o prazo de
904 seis meses, por favor se manifeste. Quem não concorda? Então está votado, está
905 encaminhado, acho que o plenário entendeu, a câmara vai entender a necessidade da
906 agilidade e acho que é isso mesmo, até porque se tem que ter uma posição de governo temos
907 que subsidiá-lo o mais rápido possível, é isso. **Sr. Rafael Simões:** Presidente, a secretaria
908 executiva atendendo aqui algumas falas de aproveitar o acumulo nessa rodada de discussões
909 a gente não só revia a minuta, mas como os pareceres e as atas 144 e a dessa reunião aqui
910 para a gente poder dar inicio aqui aos debates. **Sra. Jussara Cony:** eu fui avisada aqui pelo
911 Rafael Lameira, eu só fiz os votos favoráveis aos seis meses, eu me esqueci dos votos
912 contrários e abstencões. Os votos contrários? **Sr. Paulo Gallas:** gostaria que constasse

913 também nos autos do processo a manifestação feita extemporânea pela CGTE que foi recebida
914 por todos os conselheiros e não foi aqui apreciado. Obrigado. Sra. Jussara Cony: incorporar
915 nos autos, né Gallas, porque não era motivo da nossa apreciação e na medida que nós
916 tínhamos quatro entidades que solicitaram. Incorporar, então, aos autos a manifestação da
917 CEGTS. **Sr. Paulo Brack**: em relação a esta manifestação, me parece que é importante,
918 talvez mais como procedimento do CONSEMA que esses documentos que são colocados
919 apreciação dos conselheiros que eles venham encaminhados por uma entidade, mas um
920 documento assim eu acho que não é, digamos assim, não é, eu não considero correto que um
921 documento desses venha para nós, não vou falar especificamente no conteúdo, acho que
922 tinha que ser encaminhado via uma entidade que pediu vistas, mas não um documento
923 qualquer que venha cair de pára-quadras, eu acho que esse documento caiu de pára-quadras
924 para nós. Então não acho correto que o CONSEMA receba documentos de outras entidades
925 que não fazem parte do conselho. Acho que quando se pedi vistas esse documento tem que
926 ser encaminhado pelas entidades representadas no Conselho. Sra. Jussara Cony: tem algum
927 outro conselheiro inscrito em relação a esse assunto? - Finamor. **Sr. José Homero Finamor**:
928 bom, eu quando recebi a documentação, quando CREA pediu vistas, eu peguei essa
929 documentação e mandei para todos os órgãos que trabalham com carvão, até porque o CREA
930 tem representante em todos os órgãos mandei para CEEE, CGTE, CRM, só não mandei para
931 sociedade de engenharia porque já está representada aqui. Eu recebi aqui no parecer da CGTE
932 e o voto do CREA, o voto não foi meu foi do CREA. E eu achei interessante mandar o parecer
933 da CGTE, mandei para conhecimento de todos os conselheiros, não que aquilo vá interferir, o
934 tema faz parte, se tivesse recebido da CEEE e da CRM eu faria a mesma coisa. Então foi eu
935 quem encaminhei. Só para conhecimento, junto com o parecer do CREA foi o que a secretaria
936 fez, mandou para todo mundo. **Sra. Jussara Cony**: o encaminhamento está justificado em
937 função desse envio, dessa contribuição, que nós entendemos assim, da sociedade de
938 engenharia. Pois não. Sr. Paulo Gallas: Resolução Consema 007/00 *Art. 27 - As reuniões serão*
939 *públicas; as manifestações de não-membros do Conselho obedecerão à inscrição preliminar na*
940 *Secretaria Executiva e apreciação pelo Plenário.* Portanto o documento é válido e peço,
941 continuo mantendo minha posição para que seja inserido nos autos do processo. **Sra.**
942 **Jussara Cony**: não há o que votar. É uma solicitação, vai ser inserida nos autos do processo,
943 na medida que uma das entidades, inclusive, que pediu vista, fez o encaminhamento como
944 subsidio. Subsidio é subsidio concordemos ou não. Procedimento...mas o procedimento foi
945 correto, bom diga então, aqui é para se dizer as coisas. **Sr. Paulo Brack**: eu acho que,
946 digamos assim, para as próximas vezes, documento que não sejam encaminhados pelos
947 membros, eu acho que ele pode vir encaminhado por um membro. Porque o que pode
948 acontecer se assim a gente pode pedir para várias entidades, minha preocupação é que a
949 gente não venha a poluir, entre aspas, não é bem *poluir*, mas colocar muitos documentos e a
950 gente já tem muita coisa para ler, porque se não nós da APEDeMA vamos pegar um monte de
951 documentos e jogar aqui também, entendeu? Bom, se é assim, então **ininteligível**. **Sra.**
952 **Jussara Cony**: de minha parte até prefiro que vocês joguem aqui do que jogue aos ventos
953 sem oportunidade de discussão. Eu acho que é muito mais democrático do que jogar aos
954 ventos. No e-mail tem possibilidade que aprofundar discussão. Não é questão de jogar, é
955 questão de no mínimo, buscar de contribuição, nós poderemos, oh Paulo Brack, com toda
956 acuidade e como conselheira encaminhar. Se esse é o caso, olhar com acuidade, ver se...é
957 complica arbitrar se serve ou não serve. Mas eu acho que o encaminhamento feito por uma
958 das entidade que pediu vistas que é membro do Conselho, como subsidio, não me parece que
959 tenha trazido prejuízo, não me parece, então nós encaminhamos. Hartmann. Então vai constar
960 nos autos aqui, esse documento da CGTE. **Sr. Fernando Hartmann**: Paulo, quando teve a

961 manifestação feita por intermédio para não aprovar a minuta, você não disse que não era para
962 mandar, lembra? Eu devo ter recebido uns 50 e-mails ou mais, não sei, você deveria também
963 ter feito a mesma manifestação vão parar e fazer de uma outra forma. Quem se manifestou,
964 não estou defendendo a manifestação em si, estou só estou querendo dizer o seguinte quem
965 mandou a manifestação que foi através do CREA inclusive, é a maior produtora de energia a
966 partir do carvão, no Estado. Tu acha que ela não tem nenhum direito em se manifestar? À
967 favor, contrário, qualquer manifestação, e que este conselho tenha o conhecimento disso?
968 **Sra. Jussara Cony:** se vocês me permitem eu vou encerrar essa discussão. Acho que está
969 superado, nós temos mais coisas aqui para encaminhar. Agora nós vamos para segundo ponto
970 que é a **qualificação** do município de **Formigueiro** e qualificação do município de **São**
971 **Valentin do Sul.** Município de **Formigueiro** nós passamos a palavra, solicitamos apreciação
972 para o informe do parecer da Mira Serra e Igré, conselheira Lisiane Becker. **Sra. Lisiane**
973 **Becker:** o parecer **ininteligível** quando eu pedi vista desse processo administrativo foi
974 basicamente encima do bioma. O plano ambiental de Formigueiro estava todo fundamentado
975 como sendo do bioma pampa e nós sabemos que tem uma legislação que se refere a mata
976 atlântica e que deve ser incorporada pelo município. Como o município se considerava pampa,
977 ele estava totalmente desconhecedor da legislação que iria ter que trabalhar que é a mata
978 atlântica. Pesquisei em vários lugares, inclusive o mapa o IBGE que contem a aplicação da lei
979 da mata atlântica, realmente Formigueiro está em um bioma mata atlântica com pequeno
980 percentual em pampa, portanto constituindo uma zona de ecótono de transição em uma
981 pequena fração de território chega entorno de 10%. O documento do Instituto Sócio
982 Ambiental junto com o mapa do IBGE também aponta para entre 90 a 100% do território
983 incluído no domínio da mata atlântica. Então basicamente esse município ele teria que
984 reformular o seu plano, uma que está baseado em pampa. Tem outras inconsistências que eu
985 não vou me deter: encima do licenciador tem alguns probleminhas que a gente não conseguiu
986 identificar dentro do processo; a equipe técnica do plano não possui um profissional da área
987 biológica isso aí ficou patente na própria análise do bioma que ele fala em estacional decidual
988 e coloca como sendo pampa. Então eu copiei das paginas, como sempre os pareceres que
989 tenho apresentado aqui no plenário sempre é relativamente ao parecer, ao que está escrito
990 então eu coloco a página onde está escrito. Ali fala estrato arbóreo mais uma vez falando de
991 pampa com estrato arbóreo, não temos estrato arbóreo no pampa. Continua, amostras de que
992 ele está equivocado. Os nomes científicos da fauna também tem alguns problemas, inclusão
993 de uma espécie talha-mar, talha-mar naquela região está bem distante. Eu fui procurar o
994 talha-mar e realmente não ocorre na região. Assim como outras espécies que eles colocam,
995 varias espécies de ratos e de lebre, pomba, o pardal que não espécie da nossa fauna, então
996 eles não poderiam estar na mesma lista. Também uma hora ele fala que o pinheiro, a
997 araucária está e outra hora ele não coloca com sendo ameaçado extinção, então tem muita,
998 muita confusão. Também ininteligível que cita na lista, seja evidenciado como espécies, são
999 imuneis ao corte pela nossa Legislação Estadual e não só considerar as espécies ameaçadas.
1000 Os programas e projetos também tem bastante problema, programas de educação ambiental
1001 está sendo entrado no ambiente escolar, já existe um projeto no município, mas ele é focado
1002 basicamente no âmbito escolar, então ele não considera outros programas que eles tem ali
1003 que devem incluir a comunidade. Deveriam estar escritos estes programas que incluem a
1004 comunidade no programa de educação ambiental. O programa de regularização das pedreiras
1005 municipais deixa bem claro a preocupação do município em regularizar as pedreiras para seu
1006 uso e não e já que no momento seria o Estado que faz pela resolução CONSEMA não cabe ao
1007 município regularizar esse tipo de pedreira, mas sim o Estado, então é inconsistente essa
1008 proposta deles. O programa de implantação do projeto de área degrada com exposição de

1009 resíduos sólidos eles focam em uma área, em uma determinada localidade de Formigueiro,
1010 porém essa localidade parece ter varias áreas com resíduos sólidos depositados e eles querem
1011 que uma dessas áreas regularizar como aterro sanitário. Então tem que fazer um
1012 estudo...então ficou bastante confuso e prejudicada a proposta de implantação da área
1013 degrada uma área só. Bom, lembrando também dos planos ambientais o saneamento que eles
1014 tem vários programas e que todos deveriam estar sintetizados em um único programa de
1015 saneamento básico. Outra coisa, não há programas para minimizar nem radicar a erosão dos
1016 solos, isso aí é colocado na parte de diagnostico de programas com impacto local e não existe
1017 um programa/projeto que tente minimizar e radicar esse problema apontado anteriormente no
1018 processo. O programas de implantação do projeto de abastecimento de água na localidade do
1019 Serro do Louro. Bom não é só Serro do Louro, se for fazer uma analise de todos os
1020 documentos que foram enviados de analise das águas dos poços não é só Serro do Louro que
1021 está com problema de água imprópria para consumo, tem outras localidades. O município diz
1022 que está tomando providencias nisso, mas também não apresentou nenhum documento que
1023 dissesse que está fazendo mesmo. Programa de implantação de sistema de esgoto sanitário,
1024 também, é um paradoxo no meu entendimento, porque no momento que o município depende
1025 da área rural, área rural depende da captação de água, ele também não tem um sistema de
1026 esgoto sanitário mínima, então diretamente para solução da contaminação hídrica de
1027 coliformes fecais tem metodologia e cronograma confusos visto que não é possível identificar
1028 a previsão do funcionamento antes de 2013. Então tantas famílias só em uma municipalidade,
1029 são 44 famílias que estão tomando água com coliformes fecais. Aí eles dizem que colocaram
1030 cloradores, não achei o documento de nota fiscal para dizer exatamente a data que eles
1031 colocaram esses cloradores, mas pela data do oficio que foi encaminhado anexando a nota de
1032 compra dos cloradores para todos os municipalizadores com problemas de coliformes fecais
1033 nos poços é bem recente. Então nós temos amostras de água de 2008 que apresentavam
1034 coliformes fecais nos poças, nas águas que estão sendo consumida pela comunidade e só
1035 agora resolveram colocar clorador. Eu fico pensando, com esses programas tão abrangentes,
1036 pouco específicos, com inconsistências e até com equívocos como é que nós podemos
1037 qualificar quanto CONSEMA esse município. Acho que ele precisa amadurecer um pouco mais,
1038 precisa trabalhar, não só por causa do bioma que está totalmente errado, então vamos ter
1039 que pedir pela volta de município, mas aprofundar esses programas e projetos, são poucos,
1040 embora a população seja pequena, são problemas graves. Então o plano ambiental, após
1041 muitas alterações, correções ficou totalmente truncado. Pega o processo de Formigueiro e
1042 começa a colocar todas as alterações que foram feitas, adequadas nesses anos todos que ele
1043 está em analise, mostra um plano totalmente truncado que vai ser apresentado para a
1044 população partes que foram reprovados pela comissão de municipalização, partes que foram
1045 arrumadas e que tiveram mais uma alteração, ficou muito ruim de entender esse plano. O que
1046 nós temos visto aqui que o processo que retorna ao município com alterações mesmo pela
1047 câmara técnica, ele é refeito na sua íntegra, não vem um pedaço aqui, pula algumas paginas
1048 vamos arrumar esse pedacinho, não, ele é refeito, colocado as páginas com índice novamente.
1049 Então do jeito como está, como ficou o plano final, ele é impossível de entender. Eu
1050 desmontei o processo todo e montei para fazer um plano ficou muito ruim de ler. Bom então o
1051 nosso parecer é ele volte para o município, seja feito principalmente por causa do bioma, mas
1052 também por este problema de contaminação de água, revisão de contrato com a CORSAN isso
1053 é bastante importante que seja feito mesmo à luz de uma nova PL talvez não tenha nenhuma
1054 sanção ou artigo vetado, mas ele não impede que tenhamos essa consciência de ajudar ao
1055 município a fazer melhor uma gestão ambiental. **Sra. Jussara Cony**: obrigada conselheira
1056 Lisiane, acho que vamos imediatamente, temos quorum ainda né, a votação, o parecer está

1057 dado, acho que está claro. Algum esclarecimento? - Apontamento? Trinta segundos. **Sr.**
1058 **Rafael Lameira:** só para fazer um complemento, não ouvi a Lisiane falar. Ela disse na
1059 câmara técnica a pouco tempo que a lei sobre a mata atlântica mudou, não é isso? Enfim,
1060 houve uma mudança, a gente sabe os prazos que isso demoram, está claro, concordo com o
1061 parecer, escapou o parecer técnico de fato. Agora não há uma concordância em todos os
1062 livros em relação ao tema, então vou justificar aqui que os meus técnicos erraram no
1063 processo, eu concordo com o parecer. **Sra. Jussara Cony:** então vamos colocar em votação.
1064 Bom então quem concorda com o parecer da Mira Serra que pediu vistas, por favor? Alguém
1065 discorda? Abstenção? Uma abstenção. Agora passemos então a qualificação do município de
1066 **São Valentin** aprovado no CTP Gestão Compartilhada. Rafael Lameira, por favor o parecer.
1067 **Sr. Rafael Lameira:** o município de São Valentin do Sul é um pequeno município pouco mais
1068 90km² e pouco mais de 2.000 habitantes, na região nordeste. Ele apresentou uma estrutura de
1069 meio ambiente condizente com resolução 237 do CONAMA. Departamento de meio ambiente
1070 vinculado a secretaria de Agricultura Indústria Comercio e Serviços do município. Apresentou o
1071 corpo técnico exigido pela resolução 167 e 237 que é o licenciador de nível superior e o fiscal
1072 ambiental devidamente nomeado e uma equipe multidisciplinar contratada em função de uma
1073 assessoria ambiental. A base econômica do município é uma pequena porção em relação a
1074 indústria que é um pouco fora **ininteligível** dos municípios da região nordeste e predominância
1075 da agricultura familiar em relação a produção agropecuária. Os principais impactos locais são
1076 aqueles decorrentes dessa base econômica como dejetos, ocupação de APPs que é um dos
1077 maiores problemas, desmatamento, saneamento urbano, agrotóxicos e atividades industrial.
1078 Ela apresentou programas e projetos que são exigidos pela resolução para sanar os problemas
1079 ambientais decorrentes da atividade da base econômica e ficou como **pendências** a
1080 adequação da portaria referente ao monitoramento do ar, adequação da capacidade do aterro
1081 sanitário e no plano de resíduos sólidos que ainda não está atingindo. Foi aprovado por
1082 maioria de oito votos e duas abstenções. Então o parecer da câmara técnica com as
1083 pendências solicitadas, aprovação para a qualificação. **Sra. Jussara Cony:** quer fazer uso da
1084 palavra Mira Serra? **Sra. Lisiane Becker:** sobre as duas abstenções, eu fui uma delas,
1085 embora o pano tenha sido bem construído e etc., eu deixei a minha forte recomendação que a
1086 equipe seja melhorada eles dependem muito de uma consultoria. Seria interessante, embora
1087 tenha dois mil habitantes, que realmente eles comecem a investir dinheiro na contratação pelo
1088 menos de um profissional efetivo, qualificado profissionalmente para ajudar, porque enquanto
1089 é pequeno se deve investir mais. Então essa abstenção porque realmente a gente nota essa
1090 falha, que é muito bem feito, mas a prefeitura em si não é envolvida, porque não tem quase
1091 ninguém na prefeitura para trabalhar porque são poucas pessoas. **Sra. Jussara Cony:**
1092 Campani. **Sr. Darci Campani:** a minha intervenção é de uma das pendências ali e aí
1093 aproveitando a presença do presidente da FEPAM a Lei de resíduos sólidos é de 2010,
1094 portanto já não dá para dizer que é muito novinha e ela determina plano de gestão de
1095 resíduos sólidos, plano de gestão de resíduos sólidos que antes estavam em um vazio de
1096 quem é que aprovava, está claro que são os órgãos ambientais. Isso dava muito na área de
1097 servido e saúde os hospitais faziam seus planos mas não tinha quem aprovasse, não sabia se
1098 era saúde ou se era o órgão ambiental e na lei de resíduos sólidos está claro que é área
1099 ambiental que aprova. O aterro que está com a licença obtida em 2010 é pra quatrocentas e
1100 cinquenta pessoas/moradores e a cidade na parte urbana tem seiscentos. Então dá para ver
1101 que o aterro que é para atender o município enquanto um todo, não atende nem a parte
1102 urbana do município. Então é erro do município, é lógico, mas se a FEPAM vai licenciar os
1103 planos de gestão de resíduos dos municípios que se tenha esse cuidado de a Lei de
1104 saneamento que é de 2007 fala que os planos são para o município inteiro, não pode-se mais

1105 fazer plano para área urbana, plano para o município são dois mil moradores e o aterro para
1106 quatrocentos e cinquenta. Então é mais uma orientação no sentido de o corpo técnico se ater
1107 que o aterro é municipal tem que no mínimo atender a população enquanto um todo se não
1108 tiver outra área. Porto Alegre historicamente sempre teve dois aterros para a cidade, mas não
1109 é o caso de se ter dois aterros em São Valentin com dois mil e trezentos. **Sra. Jussara**
1110 **Cony**: pois não, secretaria da Saúde. **Sr. Mauro Kotlhar**: eu faço posicionamento aqui que o
1111 programa, eu tenho a impressão que a saúde não está conseguindo se representar na câmara
1112 de gestão compartilhada e uma das questões que a gente mais atenda é para o cumprimento
1113 da Portaria 518 que regula o controle da qualidade da água. A pergunta que eu faça é a
1114 seguinte: é colocado um compromisso no município de um prazo para ele atender esse
1115 pendência? Caso isso não seja feito eu gostaria que fosse acrescentado na aprovação um
1116 compromisso de prazo para atendimento a Portaria. **Sra. Jussara Cony**: Rafael Lameira. **Sr.**
1117 **Rafael Lameira**: existe o prazo da resolução 167 que o que é pendência o exigir de 180 dias
1118 para que seja apresentado. Está se tratando disso Ong Mira Serra na câmara técnica de
1119 dificuldade de se cumprir esse prazo, mas enfim, existe prazo de 180 dias e de fato os
1120 problemas que foram apontados aqui, e houve outra pergunta levantada aqui: mas a lei de
1121 resíduos sólidos? Quer dizer, essas questões não incidem sobre a legislação que regulamenta
1122 a qualificação, são questões que são verdadeiras, que tem ser pontuadas, mas que não
1123 incidem na legislação que determinam a qualificação dos municípios. Sra. Jussara Cony: bom,
1124 o encaminhamento da câmara é aprovar, foi por oito a dois o resultado com as pendências.
1125 Então quem concorda, por favor, se manifeste. Quem discorda? Um voto. Quem se abstém?
1126 Quatro. **Aprovado**, então. Nós temos mais um ponto de pauta aqui, acho que é rápido, né:
1127 proposta de texto modelo para moção admonitória oriunda da CTP Gestão Compartilhada.
1128 Todos receberam? Não receberam? Não foi enviado? Quem vai fazer esse informe aqui? Por
1129 favor. **Sra. Lisiane Becker**: presidente da Câmara Técnica de Gestão Compartilhada Estado e
1130 Município. Essa discussão entrou em pauta, por deliberação aqui do plenário, tendo em vista
1131 que alguns municípios tiveram aprovada uma moção admonitória que está prevista na
1132 resolução 167 CONSEMA, para que seja tomada essa medida contra alguns municípios que
1133 comprovadamente tenham cometido alguma irregularidade ambiental, então nós estamos
1134 discutindo como vai ser feito isso, então um breve histórico. Quando foi aprovado aqui a
1135 moção admonitória relativo a alguns municípios, ficou decido aqui que fosse encaminhado a
1136 câmara técnica de assuntos jurídicos para elaboração da moção admonitória. O que acontece
1137 que a câmara técnica de assuntos jurídicos não fez dizendo que a nossa câmara técnica teria
1138 que colocar quais eram, item por item, dos motivos para constar na moção. Então como o
1139 tempo foi passando a câmara técnica tomou para si a tarefa e foi atrás do que era uma moção
1140 admonitória para poder assim realizar. Nós vamos ter que tomar uma deliberação aqui se não
1141 for nessa plenária é na próxima. Nós fomos pesquisar, contamos com a colaboração da Kátia
1142 do atendimento aos municípios e ela também faz parte da câmara técnica, pelo Estado, e
1143 dentro do google fomos ver o que era moção admonitória nós temos vários conceitos e
1144 exemplos: 1º que seria uma notificação pessoal ao denunciado, para que ofereça defesa
1145 previa escrita. Após será designado urgência de instrução para advertência que se constitui
1146 em uma admoestação verbal. Essa admoestação verbal é uma advertência, ou seja, uma
1147 leitura do ato cometido e um comprometimento de a ação não se repetirá sendo reduzido a
1148 termo e assinado. 2º Admoestação: desagrado público verbal e por escrito, o advertido por
1149 uma admoestação deverá informar, renovar sua adesão, obediência voluntária a instituição
1150 que detém os meios para implementar a legislação. 3º **ininteligível** é uma fiscalização
1151 basicamente procedimentos litigiosos. 4º ata de notificação admoestação para que alguém
1152 faça ou deixe de fazer algo. Na administração pública demandar-se-á a seguintes indagações:

1153 o ato de improbidade causou enriquecimento ilícito, causou lesão ao erário, tentou contra os
1154 princípios da administração pública? Obtida as respostas poder-se-á identificar a regra
1155 correspondida na lei **ininteligível** cabíveis, isso aqui não cabe a nossa moção. Bom, dentro
1156 disso nós temos algumas considerações a fazer: o município deveria comparecer a reunião do
1157 CONSEMA para receber a moção admonitória, qual deveria ser lida pela presidente do
1158 Conselho? Nesse caso, o município deveria se comprometer em consertar o que houve e não
1159 repetir os erros e conduzir seus trabalhos dentro do acordo e resolução democrática da qual
1160 faz parte. Observação: no caso de Caxias, que ocorreu, eu não estava no Conselho como
1161 conselheira, mas estava acompanhando o trabalho aqui dentro, nós tivemos o caso de Caxias
1162 que naquela ocasião foi trazido aqui para eles dizerem o que estavam fazendo o que não
1163 estavam fazendo, que eles tinham melhorado, tinha trocado a gestão inclusive, não estavam
1164 mais ligados a gestão anterior. Então não tínhamos esta questão da moção, mas foi trazido
1165 aqui para explicar. Outra questão o processo deve ter vistoria técnica em município
1166 qualificado, pedindo para verificar os processos, visitar as salas, as salas de equipamentos que
1167 tem para trabalhar e no mesmo dia, visitar o promotor do Ministério Público para troca de
1168 idéias a gente pode achar que isso é complicado, mas havia antes era feito, e é um grupo de
1169 três pessoas da comissão de municipalização ia até o município e verificar isso daí, era uma
1170 coisa complicada, mas que era feito. Aí nós temos um modelo de moção. **Sra. Jussara Cony:**
1171 nós estamos querendo dizer que não temos mais quorum, quem sabe tu encaminhas e a
1172 gente põe na pauta da próxima reunião, o que que tu achas? Quer terminar de apresentar
1173 mesmo assim? Estamos sem quorum, o encaminhamento é esse encaminha e colocamos na
1174 pauta da próxima reunião. **Sra. Lisiane Becker:** só para deixar uma ordem na seqüência: 1º
1175 tem aqueles conceitos; depois nós temos um modelo que foi feito, encaminhei aos
1176 conselheiros e recebemos propostas por e-mail, tudo está ali. É uma questão que cabe saber
1177 se é a câmara técnica que vai fazer ou a secretaria do meio ambiente que vai fazer essa
1178 moção, parte administrativa, a executiva, porque o nosso conselho é consultivo e deliberativo
1179 e não executivo, então tem essa questão também. Tem contribuição do Artur Renato, da
1180 Kátia, do Campani e o Manuel encima do modelo que foi elaborado. Então como não temos
1181 quorum, encaminhar isso para os conselheiros e trazer isso em pauta na próxima reunião. Nós
1182 temos que definir isso, o Ministério Público está exigindo isso de nós e tem municípios aí que
1183 está a seis meses dependendo dessa moção. **Sra. Jussara Cony:** tem o Campani, tu te
1184 escreveste, né? **Sr. Darci Campani:** a Lisiane já colocou ali no documento, só para deixar
1185 claro a minha posição, acho que a visão de estrutura de Estado, acho até que a SEMA tem que
1186 tomar a decisão, para mim realmente o CONSEMA é um órgão deliberativo e consultivo não é
1187 executivo, então nós deliberamos que tem que tem que ser feita a moção admonitória e aí o
1188 órgão executivo que faz isso. Nós já tivemos um período de confusão, acho que não era para
1189 existir essa confusão quando o presidente do CONSEMA não era o secretário e acho que é
1190 uma coisa perfeitamente viável o presidente do CONSEMA não ser o secretário, mas quem faz
1191 o ato executivo não é o presidente do CONSEMA mas a secretária do meio ambiente que faz o
1192 ato administrativo da moção. Se alguém vai fiscalizar, se alguém vai mandar lá para olhar, no
1193 meu entendimento tem que ser funcionários públicos qualificados que vão lá na condição de
1194 funcionários públicos representando o órgão público vai lá fazer o ato. Quem faz a concessão
1195 é a SEMA com a deliberação do CONSEMA, mas quem faz é a SEMA. Então acho que esse
1196 processo tem que voltar para a SEMA e a SEMA tem que fazer a moção admonitória, mas para
1197 a reunião que vem Sra. Jussara Cony: tem mais dois o Eduardo e depois o Carlos Fernando.
1198 O Fernando primeiro? Eu vi tu primeiro todo caso... **Sr. Carlos Fernando:** só uma proposta de
1199 encaminhamento. Acho que a Lisiane e a câmara técnica tem os méritos de terem iniciado a
1200 proposta, mas acho que ela não pode passar pela câmara técnica jurídica, então que o

1201 secretário executivo garanta que a câmara técnica jurídica tem agilidade para analisar
1202 proposta antes da próxima reunião e concordo com as ponderações do Campani. **Sra.**
1203 **Jussara Cony:** nós vamos aproveitar tudo e fazer a câmara jurídica cumprir seu papel e não
1204 vamos perder o trabalho que vocês fizeram, é isso vai cumprir com nosso papel. **Sr. Eduardo**
1205 **Stumpf:** é esse é um assunto bem difícil para nós, é inédito. Então o que nós temos que fazer
1206 na câmara técnica jurídica é propor uma resolução para ter isso bem definido, porque fica
1207 muito complicado fazer uma moção admonitória lá para o município, o município é um ente
1208 independente ele não tem obrigação nenhuma de vir aqui no CONSEMA e dar explicações para
1209 nós, até em vista do parecer gerado pela SEMA que diz que o município é independente e nós
1210 estaríamos perdendo tempo aqui fazendo habilitação. Mas na minha real manifestação eu
1211 queria perguntar para a secretária se tem uma idéia do que se vai discutir na próxima reunião,
1212 antes de esperar os sete dias até mandar a pauta? Pra mim está dando um vácuo, o que nós
1213 vamos discutir no mês que vem. Tem como nessa ultima reunião dar uma deliberação: Oh!
1214 Está chegando à câmara de biodiversidade a proposta lá de tal coisa. Eu gostaria de receber
1215 antes dos sete dias porque já se tem uma ideia e vai-se trabalhando esses assuntos. Nós
1216 trabalhamos agora com atmosférico, atmosférico tem que trabalhar na tua cabeça. **Sr. Rafael**
1217 **Simões:** o conselheiro Eduardo fala que basicamente nós encaminhamos os assuntos até aqui
1218 e não ficou pendências maiores. Agora a secretaria executiva não chegou a preparar os
1219 assuntos e enfim os temas que estão sendo tratados. O que tem acontecido é que as
1220 entidades aqui representadas enviam suas sugestões e as câmaras técnicas também. Então a
1221 gente vai seguir o regimento nesse sentido de poder sistematizar o que nos chega até a data
1222 da convocação e preparar a reunião, a menos que a gente pudesse combinar diferente, a
1223 gente pode sim estabelecer um relatório, haja vista que a reunião de dezembro é a ultima
1224 reunião do ano, então a gente vai preparar para ter uma reunião pouco diferente inclusive.
1225 **Sra. Jussara Cony:** em reuniões anteriores, nós estamos evoluindo aqui no sentido de ter
1226 uma outra dinâmica do conselho. Por exemplo: o CONAMA aprovou o novo regimento, eu
1227 acho que já me manifestei no sentido de que nós vamos ter que debruçar um novo regimento,
1228 com maior dinâmica para o que a sociedade está nos exigindo. Agora em dezembro nos
1229 fechamos e depois em, eu fiquei sabendo hoje porque é a primeira vez que presido o
1230 CONSEMA, que há um recesso em janeiro e fevereiro, vamos retornar em março. Sem duvida
1231 vamos retornar, o estado como Estado tem pautas importantíssimas para trazer para cá, mas
1232 também pressupõe esse primeiro ano de governo que foi um ano de necessidade objetiva de
1233 perder a perspectiva, a visão mais estruturante, imprimir um outro ritmo é um outro projeto e
1234 ao mesmo tempo ir resolvendo como se diz ir trocando pneu com carro andando. Isso aqui é
1235 muito concreto. A reestruturação dos órgãos ambientais tem uma serie de dinâmica. É da
1236 dinâmica do Estado, é da dinâmica de governo e é dinâmica de sociedade. Então com certeza
1237 nós vamos ter pautas a partir do ano que vem em consonância de um conselho que não é
1238 deliberativo mas é um órgão de debate. O governo vai ter pauta e muita pauta a questão da
1239 energia é uma delas. Então acho que se absorve a tua preocupação mas enfim. A Lisiane está
1240 inscrita. **Sra. Lisiane Becker:** voltando a pauta anterior eu gostaria que fosse remetido junto
1241 a resolução 167 que disciplina quem faz o que na moção admonitória. E dentro a 167,
1242 aproveitando o que o Eduardo falou, na câmara técnica na ultima reunião, ela teve que fazer
1243 um ofício, fiz o ofício mas não entreguei, que se pauta também para a próxima a apresentação
1244 relativo ao comprimento do artigo 5º da 167 que é exatamente o panorama atual dos
1245 municípios como é que eles estão, as pendências etc. nós tínhamos até ano passado nós
1246 tínhamos apresentação aqui, ta,bem está na resolução 167, de todo o processo da
1247 qualificação. Então os municípios entregam dentro de 180 dias, quais os cumpriram, quais que
1248 não cumpriram isso aí é feito até março do ano e já estamos em novembro. Na câmara

1249 técnica a gente resolveu fazer isso, pedir para que fosse apresentado. Sra. Jussara Cony: é
1250 isso? Sim, Eduardo. **Sr. Eduardo Stumpf**: (manifestação longe do microfone). Sra. Jussara
1251 Cony: a gente vai fazer isso no início do ano, porque a gente está em um processo interno de
1252 governo de estruturação, eu não vou vir aqui chorar as misérias que ficaram. A idéia é de
1253 apresentar no início do ano, inclusive, o novo programa de municipalização que vai resolver
1254 uma série de coisas até por questões que foram aprovadas no Congresso Nacional. Nós até
1255 podemos fazer um levantamento do que foi feito, os projetos estratégicos, etc. dá para fazer
1256 um balanço do que estamos fazendo como governo, não tem problema, mas o processo de
1257 reestruturação em relação a secretaria nós só podemos apresentar depois desse recesso,
1258 porque é um processo que vai passar pela assembleia legislativa, que nós estamos elaborando
1259 junto com a fundação Getúlio Vargas, já falei isso aqui, né, e que vai para o núcleo de
1260 governo e, portanto se transforma em Lei, em projeto de Lei e que o governo envia a
1261 Assembleia Legislativa. Nós vamos ter muita dinâmica ano que vem para reestruturação dos
1262 órgãos da secretaria, dos órgãos ambientais, com uma dinâmica diferenciada, reestruturação
1263 mesmo. Agora, por exemplo, conseguimos a força tarefa da FEPAM, agora conseguimos
1264 contratações emergenciais para recursos **ininteligível** da fundação zoobotânica, porque é
1265 inadmissível, mas nós não vamos mais trabalhar assim já dissemos ao governo, fizemos
1266 concurso publico, agora a gente não pode pedir concurso publico porque da reestruturação do
1267 órgãos ambientais que estão no nosso ver, para o que nós precisamos, está absolutamente
1268 desestruturados. Então se vocês acharem interessantes a gente pode fazer um relato de todo
1269 o processo e não só nós a SEMA, mas SEMA, FEPAM e Fundação Zoobotânica na ultima
1270 reunião desse ano, mas nós achamos, como governo, mais interessante, até pelas
1271 transversalidades de governo, nós não nos consideramos algo isolado do governo e do Estado
1272 como um todo, pelo contrário, precisamos firmar essa posição de sermos estruturantes para
1273 esses projetos de desenvolvimento. Sob ponto de vista de governo nós vamos fazer isso em
1274 março. Certo? Está feito o encaminhamento então, vamos aproveitar o processo do trabalho
1275 que vocês fizeram e pedir a câmara jurídica que cumpra seu papel. Certo? Sim, Ivo! Não
1276 acabou a reunião tem conselheiro escrito aqui, embora não tenhamos mais quorum, por favor,
1277 preste atenção no conselheiro. **Sr. Ivo Lessa**: obrigado, secretária. Só para manifestar,
1278 secretária. Nós tivemos um ato do nosso governador agora em 31 de outubro, onde ele fez
1279 dois decretos sobre controle, sobre a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos e a minha
1280 manifestação é exatamente isso a bacia hidrográfica tem um comitê organizado e desde de
1281 2004 nós trabalhamos naquela bacia hidrográfica. O acordo que teve entre os setores setor
1282 primário, setor industrial e os municípios criados no comitê em 2004, nós juntos com o
1283 município de São Leopoldo, tivemos a oportunidade de chegar a um acordo acompanhado
1284 pela promotoria pública e pela **ininteligível** naquele momento presente na reunião e depois foi
1285 selado o acordo dentro do comitê de bacia hidrográfica, me representa que foi atropelado por
1286 esses decretos estaduais. Então eu gostaria que isso voltasse a obedecer aquilo que foi criado,
1287 foi organizado e que deu certo, tanto no Gravataí no Rio dos Sinos não deu certo, porque
1288 estamos em situação precárias nas duas bacias hidrográficas, mas deu certo no convívio até
1289 hoje que se conseguiu. Então no momento que nós temos os decretos Estaduais acho faltou
1290 um pouco de conhecimento daquilo que foi construído nos últimos anos com toda a sociedade.
1291 A Lisiane está aqui, não sei se quer se manifestar, com a permissão da secretária te passo a
1292 palavra, fica a manifestação da FARSUL então, porque ela ajudou a criar isso. E eu me lembro
1293 bem, na época que em 48h nós saímos da prefeitura de São Leopoldo, fizemos reuniões em
1294 vários municípios da região do Sinos e voltamos a prefeitura de São Leopoldo e selamos um
1295 acordo dentro do comitê, com a presença do **ininteligível**. Isso parece que foi atropelado.
1296 Então fica minha manifestação, que a gente possa discutir mais o assunto e que chame

1297 novamente para discutir. Muito obrigado. **Sra. Jussara Cony**: eu vou intervir porque eu não
1298 vou colocar esse assunto em pauta por dois motivos: em primeiro lugar porque não tenho
1299 quorum qualificado; em segundo lugar porque nós já recebemos como secretária de Estado o
1300 Comitê Sinos, já recebemos junto com o presidente do Conselho de Recursos Hídricos, o
1301 Daniel, eles teriam uma reunião que vocês deveriam estar participando e nós estamos
1302 aguardando o documento que nós nos propusemos a receber para então fazer internamente
1303 os encaminhamentos com o governo. Já fazem mais de uma semana, duas semanas e não
1304 recebemos ainda o documento. No momento em que recebermos, inclusive vamos fazer uma
1305 convocação extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos, porque é onde passam estas
1306 questões. Então está absorvida a tua manifestação, mas os encaminhamentos que nós
1307 tínhamos que fazer com os comitês de bacias, foram feitos, eu só estou aguardando, não tive
1308 retorno. Certo? **Sra. Lisiane Becker**: aproveitando a deixa do Ivo, naquele ofício 72 que não
1309 foi lido, eu pedi que fosse colocado na ata que não foi, a íntegra dele, ele pede exatamente
1310 que a gente volte a ter novamente aquelas reuniões conjuntas do CONSEMA e o CRH, pelo
1311 menos uma ou duas vezes ao ano, porque são questões como essa de gestão de bacias que
1312 envolvem os planos ambientais, então vou solicitar novamente que seja colocado esse ofício
1313 72 e reforçar o pedido das reuniões conjuntas. **Sra. Jussara Cony**: eu acho que isso faz
1314 parte da dinâmica do próprio conselho. **Sr. Rafael Simões**: sobre a colocação na ata, a ata
1315 **está sendo transcrita** vai ser atendida prontamente sua solicitação pela secretaria
1316 executiva. Muito obrigado pela presença de todos.

1317
1318
1319
1320
1321

1322
1323
1324
1325

Jussara Rosa Cony
Secretária de Estado do Meio Ambiente
Presidente do CONSEMA

1326
1327

1328
1329

Kátia Vasconellos
MIRA-SERRA

1330
1331

1332
1333

Ana Rosa Bered
Corpo Técnico da FEPAM

1334
1335

1336
1337

Silvana Favreto
SEDUC

1338
1339

1340
1341

Paulo José Gallas
SCIDT

1342
1343

1344

1345
1346
1347
1348
1349
1350
1351
1352
1353
1354
1355
1356
1357
1358
1359
1360
1361
1362
1363
1364
1365
1366
1367
1368
1369
1370
1371
1372
1373
1374
1375
1376
1377
1378
1379
1380
1381
1382
1383
1384
1385
1386
1387
1388
1389
1390
1391
1392

Ana Lucia P. Flores Cruz
SINDIÁGUA

Ângelo Antonio Vieira da Silva
SSP

Ivo Lessa
FARSUL

Mauro Kotlhar
SES

Laurie Fofonka Cunha
SEPLAG

Paulo Brack
INGÁ

Eduardo Osório Stumpf
CBH

Thiago Pereira Neto
FIERGS

Darci B. Campani
UFRGS

Fernando Hartmann
SERGS

1393
1394
1395
1396
1397
1398
1399
1400
1401
1402
1403
1404
1405
1406
1407
1408
1409
1410
1411
1412
1413
1414
1415
1416
1417

Carlos Fernando Niedersberg
FEPAM

Ilsi Iob Boldrini
IGRÉ

José Homero Finamor Pinto
CREA/RS

Joarez Miguel Venço
FECOMERCIO

Mariana Bonelli
SDPI